

(TERRA)

....
foram sempre árvores
e pensámos que eram harpas
estiveram sempre ali
quando houve tempestade
vergaram-se e dançavam
quando não há vento
cantam baixinho
uma canção de mar
e ondulam
.....

as árvores dobram-se
em cúpulas ogivais
as copas tocam na terra
como raízes
oiço aquele grito
um grunhido profundo
e a floresta toca
a sinfonia em que vivi
há um ulmeiro
na rua em que nasci

Do poema *FLORESTA SINFÓNICA*
de
Álvaro de Mendonça , 2011

2.1 Plano e Projecto: componentes, métodos e organização do processo

Neste capítulo torna-se importante a reflexão prévia sobre os aspectos transversais e diferenciadores entre Plano e Projecto, uma vez que nele se integram três projectos enquadrados em distintas figuras de planeamento. A noção de inter e transdisciplinar, aqui mais vincada, evidencia a abrangência integradora das várias escalas, contextos e campos disciplinares confrontados com distintos níveis de trabalho: do planeamento e do projecto. Continuando a aproximação ao processo de projecto, já iniciada no capítulo anterior, percorrem-se os temas relacionados com os métodos de projecto, tempos e formas de organização do processo.

2.1.1 Plano e Projecto

Ao conceito de projecto está associada a *antecipação de produtos físicos* materializados através do desenho (FREIRE, 2011, p.83). Essa antecipação da realidade resulta de um trabalho mental capaz de a traduzir. Ao plano corresponde uma visão estratégica e operativa para a concretização da mudança a vários níveis e escalas, ao projecto corresponde a obtenção de um “*produto*” finalizado (a obra) a partir do qual se inicia o processo de evolução e transformação dos sistemas naturais e sociais.

Assim, a partir da definição do que se pretende construir: o quê?, onde?, quando? quanto?, os projectistas munidos do conhecimento técnico, científico e artístico, iniciam o processo: porquê?, como?, que conduzirá à materialização da obra, que irá evoluir e transformar-se no tempo.

À noção de plano (territorial) estão associadas políticas e estratégias ⁵⁸ traduzidas em elementos (carto)gráficos e documentos escritos, que visam o estabelecimento de regras e modelos para a organização do espaço físico a diferentes escalas de intervenção, de menor para maior pormenor à medida que os planos vão sendo mais detalhados nos seus diferentes níveis de intervenção - quanto maior for a escala, maior será o nível de pormenor e mais detalhado será o desenho dos sistemas e estruturas presentes e /ou propostas.

O plano, à semelhança do projecto, mais do que um acto ou um produto, é um processo (MAROT, 2006, p.10). Se na criação de uma peça musical ou de uma escultura obtemos um *produto concreto*, embora passível de múltiplas interpretações e apresentado em múltiplos contextos, na arquitectura paisagista - quer no projecto, quer no planeamento - não se obtém um *produto* finalizado. À semelhança do que refere Nuno Portas (2005, p.222) reportando-se ao urbanismo municipal “(...) *um plano não é um fim nem mesmo um princípio: é um meio.*”

⁵⁸ No Anexo 5 deste trabalho sintetizam-se os níveis e âmbitos dos actuais instrumentos legais de gestão territorial.

também o projecto de arquitectura paisagista é um meio para a execução da obra e para a sua evolução no tempo e no espaço, e não um fim em si próprio.

Podemos, portanto, organizar o *processo* de planeamento e de projecto, genericamente, em três tempos fundamentais: o *antes*, o *durante* e o *após* a sua concretização. A fundamentação e a representação - escrita ou gráfica - do plano e do projecto tendem a ser confundidas, erradamente, como o *produto* do plano e do projecto. Se essa representação é necessária para a transmissão dos códigos fundamentais que permitem a gestão territorial e a execução da obra, o seu conteúdo deverá encerrar, inequivocamente, a compreensão de três níveis distintos de *processos*, ou três *sub-processos*:

- a) os referentes à paisagem ou ao lugar em que se intervém – cujas variáveis é necessário conhecer: analisar, interpretar, caracterizar, diagnosticar e sintetizar (o *antes*);
- b) os referentes às propostas, modelos e estratégias que se preconizam para uma determinada paisagem ou lugar – que correspondem à definição das acções a realizar sobre os sistemas existentes e à antecipação das consequências da sua implementação na transformação da paisagem, e que correspondem, genericamente, à materialização do plano ou do projecto (o *durante*);
- c) e, finalmente, os que dizem respeito à gestão e evolução dos sistemas e à sua transformação no tempo e no espaço, decorrentes da implementação das propostas na realidade concreta da paisagem (o *após*).

O processo de planeamento e o processo de projecto devem, portanto, contemplar a compreensão destes três sub-processos na sua articulação e interdependência. Às suas representações e fundamentações escritas e desenhadas devem corresponder conteúdos reveladores dos sistemas e processos existentes e a antecipação da sua transformação e evolução.

Assim, o plano não termina com a conclusão física do documento, implementa-se e gere-se ao longo do tempo e é revisto e modificado à medida que mudam os contextos (económicos, sociais, políticos, e outros). O projecto executa-se e materializa-se na obra, mas também não termina com a sua execução.

A abordagem inter-escalar é essencial para a compreensão global e particular da paisagem - do funcionamento dos sistemas e variáveis que integra - e para a antecipação dos fenómenos e processos que conduzem à sua transformação através do plano e do projecto. Assim, revela-se, necessário reflectir sobre essa abordagem cruzando as escalas do plano e do projecto.

2.1.2 Escala e Transversalidade

Às diferentes escalas estão associadas diferentes fenomenologias e espacialidades, diferentes leituras ecológicas e urbanas e diferentes formas de representação. A escala evidencia-se nos projectos de paisagem de maior abrangência, como “matrioskas” sucessivamente mais pequenas ou maiores, de acordo com o sentido da acção que adoptarmos. O número de matrioskas será maior, quanto menor for a escala, bem como a complexidade do meio que integram.

Essa abrangência é traduzida pela interpretação que Geoffrey e Susan Jellicoe (1987) fazem da paisagem, à qual atribuem o conceito de *meia-distância* entre o indivíduo e o infinito. A ideia de ligação entre *pequenez* e *grandeza*, do que é imediato e o que é infinito, remete-nos para o entendimento dos processos abertos onde a escala se manifesta do micro ao macrocosmo e vice-versa. Os processos naturais e sociais, a que correspondem, genericamente, os campos disciplinares das ciências da terra e da ecologia, e das ciências sociais e humanas, são exemplos das diferentes leituras que se fazem de acordo com os planos observados - do pequeno ecótopo ao ecossistema global, do indivíduo e família às comunidades e países. A cada um desses olhares correspondem espacialidades, funcionalidades, processos e comportamentos que materializam a escala.

A intervenção na paisagem faz-se pela reorganização dos ecossistemas e dos sistemas culturais como parte constituinte de sistemas mais complexos que, no fundo, correspondem ao sistema-paisagem. A gama de escalas existentes do plano e do projecto formam uma hierarquia a que correspondem níveis de percepção dos sistemas (e sub-sistemas) distintos. Certos princípios de organização vinculam os níveis dessa hierarquia e fornecem orientações para o projecto a qualquer nível (LYLE, 1985). Porém, o desenvolvimento do nosso trabalho deve estar integrado num contexto, numa circunstância limitada. À compreensão da aparente ausência de limites do meio deve, no entanto, corresponder uma noção clara da escala de trabalho que nos foca na *área de intervenção*, sem nunca deixar de considerar, no entanto, as inter-relações que esta estabelece com o seu contexto territorial e socioeconómico.

A escala “lê-se” e sente-se de diferentes maneiras. A percepção da escala pode fazer-se através da observação distante ou da vivência directa dos espaços e das formas que constituem a paisagem. A este respeito, Lassus (2007) considera dois tipos de escalas: a escala táctil, aquela em que nos movemos e que está associada à presença física, e a escala visual associada à informação exclusivamente visual e que não pode ser “confirmada” pelos sentidos. A essas duas escalas associa a noção de próximo (jardim) e de longínquo (paisagem). No entanto, se associarmos a esta reflexão a noção de “*in situ*” aplicada à paisagem e ao projecto, reforçamos a noção de transversalidade, de *tangencialidade* e de

inter-penetração de escalas e da dificuldade no estabelecimento de limites rígidos entre o que se percebe com o tacto e com a visão.

As comunidades humanas estabelecem múltiplos tipos de relações com o território transformando-o em paisagem. Como mencionam Desidério Batista e Rute Matos (2013) *“Das análises dessas relações - estabelecidas quer na qualidade de actores, que tornam visíveis as suas acções; quer na de espectadores, que observam e interpretam o sentido dessas acções - advém a convicção de que a existência de Paisagem depende, sempre, da presença do Homem”*. E acrescentam que a transformação do território/país em paisagem, consequência da acção do Homem, pode ser - de acordo com Alain Roger (2007, pp.21-23) - directa (*in situ*) ou indirecta (*in visu*), e essa transformação é sempre uma elaboração da arte ou *artealização*. Ou seja, é pela arte que se converte a natureza e o território em paisagem. Para Roger o *país* é, de certa forma, o *grau zero da paisagem* - o que precede a *artealização* - quer ela seja directa, quer seja indirecta. As perspectivas epistemológicas da paisagem, da natureza, do território e do lugar encerram, também, um olhar de transversalidade de escalas e abordagens.

Assim, aos projectos de paisagem devem corresponder sempre olhares sobre os diferentes níveis que a constroem - do pormenor à abrangência - e que permitam compreender os processos e elementos, de forma transversal e continuada. O sucessivo cruzamento de escalas, a ampliação e redução do olhar sobre a paisagem, é uma das fontes de criatividade subjacente ao desenho de projecto, que complementa outras que serão descritas mais tarde.

Ou, como afirma Michel Collot (2013) *“Em vez de se isolar na esfera da representação, a obra torna-se um dos elementos da paisagem, falando-se neste caso de “obra-lugar” ou de “paisagem-obra” (...) O visitante destas obras deixa de estar frente a uma paisagem (...) ao ser convidado a mover-se nela, imerge na paisagem passando a captá-la através de todos os sentidos e não só através da vista”*.

Para além das diferentes escalas, também as diferentes especialidades se complementam e se confrontam no reconhecimento e valorização dos processos presentes, na definição programática, no estabelecimento de funcionalidades e na criação da forma urbana. Os projectos de paisagem de “grande escala”, responsáveis pela construção de significativas áreas de cidade, devem ser projectados com a dimensão tempo, uma vez que formam sistemas abertos, complexos e inacabados, facilmente alterados pelas dinâmicas económicas e sociais. A esse propósito, Nuno Portas refere que *“(...) o conhecimento exacto do uso de um espaço num momento futuro é inobservável; as soluções assentam em graus de probabilidade e não em certezas sobre o comportamento das variáveis com que se opera.”* (PORTAS, 2005,p. 23). E acrescenta que o conceito de *“Projecto-acção ou planeamento evolutivo (...)”* substitui *“(...) o projecto-de-objects-finitos pelo projecto de sistemas geradores de objects reprodutíveis, abertos e/ou evolutivos”*.

O desenho urbano, que combina e articula aspectos formais, espaciais e de processos, resultará, portanto, de um complexo intercâmbio interdisciplinar, onde a transversalidade de escalas e a abrangência dos campos disciplinares ultrapassa a mera disposição funcional de usos, traçados, regulamentos e disposições. A afirmação de Nuno Portas de que *os processos também se desenham* (PORTAS, 2005, p.62), reflecte a mudança dos procedimentos na abordagem ao planeamento urbano, tornando-o mais estratégico e integrador ⁵⁹.

Já Ian McHarg no (já) clássico *Design with Nature* (1969) revolucionou a maneira como nos aproximamos do planeamento urbano e regional, propondo uma metodologia marcada por uma maior capacidade de resposta ao contexto ambiental em que a actividade humana actua como uma força modeladora.

É através do olhar transversal entre plano e projecto e da aplicação de técnicas integradoras e abrangentes dos complexos processos e fenómenos sectoriais, que a prática se conforma. É da sensibilidade presente nesse olhar, da dialéctica entre a capacidade criativa e inventiva e a implementação de programas e estratégias confrontadas com as respectivas funcionalidades, que poderão resultar paisagens reinventadas no seu carácter e identidade.

A partir do momento em que a ecologia é integrada no urbanismo, resultante de uma nova visão do planeamento urbano - global, estratégica e sistémica - o desenho urbano resultante rege-se pela presença da natureza no espaço urbano, pela manutenção dos sistemas e processos naturais, pela preservação dos seus valores e recursos (solo, água, vegetação, etc.), no cumprimento de princípios fundamentais como a continuidade, a conectividade, a diversidade, a multifuncionalidade e a sustentabilidade. Assim, o projecto *"(...)será entendido como uma alternativa aos convencionais zonamentos (por densidades e índices) que, não tendo grande suporte científico, também não asseguram a continuidade da cidade ou do território nos seus valores de escala e morfologia."* (PORTAS, 2005).

Desidério Batista (2009) sintetiza os princípios a considerar no desenvolvimento do desenho urbano que integre *a componente ambiental de modo sistemático e continuado*, são eles: os princípios formais e estéticos; os princípios ecológicos e sociais; os princípios económicos e os princípios institucionais. Esses princípios apoiam a intervenção na paisagem em distintas escalas espaciais e temporais (do ordenamento, do planeamento e do projecto). Nessa perspectiva - enfatizando a emergência de novos conceitos de paisagem que ultrapassam os aspectos cénicos e visuais e os limites físicos e conceptuais (paisagem rural, urbana, natural, etc.) - as novas abrangências da cidade (região) e o entendimento da paisagem como valor patrimonial permite-nos obter interpretações mais integradoras e globais que orientam as estratégias de intervenção (BATISTA; MATOS, 2014). Ou seja, à transversalidade de escalas está, também, associada a transversalidade de saberes e de

⁵⁹ Aspectos já reflectidos nas obras de Fernando Távora e de Caldeira Cabral.

conceitos. A necessidade de um conceito global de paisagem, que integre os elementos da Natureza e da Cultura, obriga o arquitecto paisagista a integrar os conhecimentos de várias disciplinas “(...) *identificando em que medida cada um desses conhecimentos se espacializa na Paisagem.*” (MAGALHÃES, 2007).

A intervenção à escala territorial, que enquadra a figura dos planos de nível superior incide, sobretudo, no desenho das estruturas e processos fundamentais da paisagem e dos elementos (ocorrências) naturais ou antrópicos. Na formalização desses planos interessa, sobretudo, a legibilidade e coerência dessas estruturas, processos e elementos (MAGALHÃES, 2007). Apesar da complexidade intrínseca aos conteúdos das diversas componentes reflectidas nos planos, a sua representação é (e tem de ser) relativamente simples e a sua formalização tem de permitir uma eficaz leitura e compreensão da proposta. À medida que a escala aumenta, o processo de representação é mais complexo e detalhado, desenham-se as formas, os limites, os contornos, as funções são determinadas, os espaços tornam-se mensuráveis, ganham expressão e materialidade.

A noção de escala mais comum - escalas gráficas ou numéricas (métricas) - está associada à representação da relação matemática entre as dimensões/proporções do objecto na realidade e no desenho, através da produção de plantas ou cartas, e reporta-nos para um dos principais elementos do projecto: as bases de trabalho. Essas bases, cartográficas ou topográficas, reproduzem aquilo que já existe, e é a partir delas que se poderá iniciar o processo de representação do projecto⁶⁰. As primeiras estão, genericamente, ligadas à execução dos planos, as segundas aos projectos. À escala deve adequar-se o grau de pormenor que o projecto ou o plano exigem.

Essas bases, de representação geométrica e abstracta, permitem a compreensão geral do terreno, a conformação do relevo, a expressão da sua superfície, os elementos, os conjuntos e espaços que o definem, as relações altimétricas e planimétricas que estabelecem, mas não deixam de ser um espelho desfocado da realidade.

Por um lado, a cada base está sempre associado algum erro gráfico que deriva da sua representação. À cartografia está associado o erro resultante, por exemplo, da equidistância entre curvas de nível, da impossibilidade do pormenor. À topografia está, também, associado algum erro gráfico resultante da própria representação abstracta de uma realidade concreta e material. Por outro lado, a representação da paisagem pelo desenho não transmite aquilo que é impossível pela sua própria condição, que são os aspectos perceptivos e sensoriais da realidade da matéria. Esses aspectos só são percebidos pela imersão na paisagem, pela observação e pela experiência das pré-existências, e só assim poderão ser transportados para

⁶⁰ Denis Cosgrove na sua obra *Mappings* de 1999 expõe diversas perspectivas relacionadas com o conceito “*mapear*” e da sua aplicação em múltiplos domínios do saber. Ainda nessa obra, é-nos apresentada uma reflexão particular do nosso campo disciplinar pelo olhar do arquitecto paisagista James Corner.

o processo de projecto. A representação gráfica, através da sua linguagem abstracta, é uma ferramenta indispensável para a ajuda à compreensão do meio em que intervimos e para o processo de projecto. No entanto, a revelação da realidade só é possível se às cartas e às plantas se associar a experimentação da paisagem e do lugar em que se intervém.

2.1.3 Inter e Transdisciplinaridade

Já anteriormente reflectimos sobre o que distingue a arquitectura paisagista das restantes disciplinas de projecto, nomeadamente, da arquitectura. Como afirma Ináki Ábalos (2005, p.42) a denominação *landscape architecture* inscreve directamente a disciplina no âmbito da arquitectura e contém a afirmação implícita de que a paisagem se *constrói*, e o projecto que é gerado a partir dela e com ela, por ter uma dimensão artística e histórica, fica incluído no âmbito tradicional do projecto arquitectónico. Carles Torné (2009) acrescenta, ainda, a ideia de que o projecto de paisagem não é património exclusivo de pessoas ou profissionais específicos, pelo contrário, é um campo de trabalho de intercepção e concentração de disciplinas.

No entanto, contrariamente ao que Ináki Ábalos (2005) menciona referindo-se à construção do espaço público⁶¹, a arquitectura paisagista constitui uma disciplina, geneticamente autónoma da arquitectura. Enfatizamos esta diferença e reivindicamos o carácter integrador e de síntese que a arquitectura paisagista apresenta, em que tanto a teoria como a *praxis*, ao nível do projecto, se diferencia da arquitectura, entre outros aspectos, pelos saberes e conceitos que lhe são auxiliares, pela especificidade das artes, das ciências e das técnicas que com ela colaboram e de que ela precisa. A arquitectura paisagista trabalha com sistemas e processos naturais que se transformam no tempo. As distintas materialidades objecto da sua intervenção, estão para além do que é percebido, do que é visível e imediato, como a infiltração da água no solo ou os ciclos biológicos. Ou, como refere Caldeira Cabral (1993, p.42) a arquitectura paisagista é uma “*Arte eminentemente integradora (...) e necessita de diferentes ramos das artes, das ciências e da técnica*”⁶².

A importância do conhecimento científico é essencial para a concretização das intervenções e Caldeira Cabral reitera isso mesmo incluindo, ainda, no corpo do conhecimento técnico e científico necessário à preparação do arquitecto paisagista, a ecologia, a

⁶¹ “*La arquitectura del paisaje debería entenderse, no ya como una disciplina independiente, sino como la culminación de un proceso de formación en el ámbito de la arquitectura en relación con la construcción del espacio público contemporáneo*” (ÁBALOS, 2005, p.48). Refere, mais adiante, que a formação do arquitecto deveria integrar uma espécie de segundo ciclo correspondente à “especialização” em paisagem.

⁶² Das “*artes auxiliares*”, considera o desenho e a pintura como as mais importantes, uma vez que são o meio de expressão do pensamento e do processo de experimentação do projecto. Menciona, depois, a arquitectura como disciplina a considerar em certos projectos (ligação/adaptação entre a concepção do edifício e do espaço exterior). No domínio das ciências, considera as basilares que formam a *base da jardinagem*: a agronomia (arboricultura, agricultura geral e horticultura) e a silvicultura (importância da *árvore e da mata na paisagem*).

fitossociologia, a climatologia e a pedologia (2009, pp.59-61) como ciências do meio e da sua relação com os seres vivos; também a botânica, a hidráulica e hidrologia, a que acrescentamos a geologia e geomorfologia. As ciências sociais e humanas (história, geografia, sociologia, antropologia, entre outras) também não poderão ser esquecidas.

A afirmação da profissão como profissão de síntese, que se baseia no sólido conhecimento dos campos disciplinares referidos, que colabora e precisa do contributo das várias disciplinas mencionadas (sociais, artísticas, científicas e técnicas) para a concretização da sua prática, é uma constatação da distinção e autonomia face às outras disciplinas de projecto, que são informadas por outras disciplinas de campos bastante diferentes. Esse conhecimento não dispensa a actuação inter e transdisciplinar, mas é decisiva na assumpção do trabalho de coordenação dos projectos de paisagem pelos arquitectos paisagistas. O projecto como processo (de avanços, reponderações e revisões) deve ser um processo acompanhado pela sedimentação de saberes onde se verifique o contributo permanente de outros conhecimentos.

Se, como refere Conceição Freire (2011, p.219), o projecto arquitectónico “(...) *equivale a um processo de antecipação do espaço no tempo e é o meio através do qual se materializam as disciplinas de arquitectura e de arquitectura paisagista (...)*”, em arquitectura paisagista esse processo é mais complexo e de âmbito mais alargado, dados os domínios (estéticos, culturais, ecológicos e éticos) que nela interagem e com ela interferem e das componentes “(...) *que lhes estão relacionadas, que nem sempre são possíveis de determinar, de registar graficamente e de quantificar(...)*” (FREIRE, 2011, p.219).

A paisagem constrói-se e tem uma dimensão técnica e tecnológica, tradicional e contemporânea, pelo que a arquitectura paisagista deve ter, por isso, *um domínio amplo das técnicas e em todas as escalas* (ÁBALOS, 2005, p.61). O entendimento dos processos naturais e da forma como se projecta e constrói com os materiais vivos escapa, muitas vezes, à arquitectura, é um domínio específico da arquitectura paisagista. As técnicas e métodos da paisagem (e a própria paisagem) como refere Ábalos (2005,p.62), são multi-escalares e multidisciplinares.

Os conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na prática da arquitectura paisagista, foram integrados na forma de actuar da disciplina e ultrapassaram a “mera” multidisciplinaridade, tida como “fatias” de conhecimento que se aplicam sectorialmente. Embora a procura do conhecimento se faça pelas múltiplas disciplinas que informam a arquitectura paisagista, a aplicação integradora desse conhecimento resulta da abrangência inter e transdisciplinar de cada disciplina.

Em termos etimológicos, a palavra multidisciplinaridade refere-se a um conjunto de disciplinas a serem trabalhadas simultaneamente mas sem estabelecerem quaisquer relações, fragmentando-se o conhecimento em várias matérias, sem a preocupação de as interligar. Já o conceito de transdisciplinaridade, mais integrador, foi originalmente criado por Jean Piaget, em 1970, e resultou no estabelecimento de uma Carta⁶³ que, reconhecendo a (...) *proliferação exponencial do saber que torna impossível qualquer olhar global do ser humano* (preâmbulo da Carta) definiu o conceito de transdisciplinaridade (artigo 3º dessa Carta) como " (...) *complementar da aproximação disciplinar; ela faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza e da realidade (...) não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e ultrapassa.*"

Tanto este conceito como o de interdisciplinaridade, enquanto forma de superação da visão exclusivamente disciplinar e de fazer emergir novos conhecimentos, deve reger a prática projectual em arquitectura paisagista.

2.1.4 O método de projecto. Cronologia do processo

A concretização do projecto em arquitectura paisagista, como em qualquer outra disciplina de projecto, necessita da aplicação de um método que organize e sistematize as várias etapas que o constituem. A esse respeito, cabe referir que a "(...) *teoria do projecto, teoria metodológica ou teoria da concepção nas arquitecturas trata dos conhecimentos que explicam o modo de conduzir o procedimento na perspectiva de concretização de uma dada intervenção*" (FREIRE, 2011, p.125). Esse *modo de conduzir o processo* é representativo de grande diversidade de teorias metodológicas, resultantes das múltiplas correntes arquitectónicas e artísticas que se verificaram ao longo de todo o século XX e a que diversos autores deram corpo. Os procedimentos associados ao processo de projecto são, assim, diversificados e dizem respeito, maioritariamente, à prática de projecto em arquitectura.

A aparente dicotomia entre processo de investigação e processo de projecto é comum às várias disciplinas projectuais, embora ambos necessitem do estabelecimento de metodologias para o seu desenvolvimento. Poderemos dizer que o processo de projecto detém uma componente artística e subjectiva que tende a "superar" o processo de investigação, porque precisa da componente criativa e subjectiva da arte para se assumir na plenitude. Porém, como iremos constatar, isso não significa que o processo de projecto não deva seguir um método, variando as etapas de acordo com as tipologias e/ou lugares em presença (características, complexidade), ficando o método sempre dependente do contexto e das circunstâncias.

⁶³ Carta da transdisciplinaridade, adoptada no 1º congresso mundial da transdisciplinaridade realizado em Portugal em 1994, convento da Arrábida. (formato pdf em <http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/CARTA-DA-TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf>) (12/07/2016; 18,40h)

Nas outras disciplinas de projecto, como a arquitectura e a engenharia, a dicotomia – processo de investigação/processo de projecto - poderá ser mais contrastante, uma vez que se torna, aparentemente, mais fácil avançar para uma proposta sem investigação muito aprofundada do meio e/ou do lugar, recorrendo a modelos quase padronizados (como a adopção do conceito de “tipo” que remete para a repetição de formas e soluções ⁶⁴) aplicados na construção do objecto, dando resposta somente a critérios técnico-funcionais e formais intrinsecamente ligados ao objecto (edifícios, equipamentos, infraestruturas, “obras de arte”), excepção feita a um conjunto de arquitectos contemporâneos que recorrem ao modelo oposto: à contextualização ecológica e cultural da obra.

Um método que reúna os dois processos – de investigação e de projecto – foi tema de abordagem e preocupação de vários autores, nomeadamente, James La Gro, Mc Avin, Corajoud, Nuno Portas, Manuela Raposo Magalhães, entre outros.

Os trabalhos desenvolvidos por Ian McHarg, Kevin Lynch e Gary Hack, Gerald Susman, Lawrence Halprin, Jonh Benson e de autores contemporâneos como James Corner, Simon Swaffield, Hideo SasaKi, Steen A.B. Høyer, Christophe Girot, Elizabeth Meyer, Marc Treiib, Anita Berrizbeita, Christophe Girot, Sébastien Marot, Georges Decombes e Daniela Colafranceschi, constituem um valioso contributo para a reflexão sobre o estabelecimento e amadurecimento da base teórica e prática indispensável à clarificação do papel da arquitectura paisagista na actualidade, dos seus métodos, processos e objectivos.

A base teórica deve ser apoiada num corpo teórico próprio da arquitectura paisagista. Swaffield (2002, pp.1-6) enumera três domínios da teoria para a investigação em arquitectura paisagista:

- *o instrumental*, que deriva da observação empírica e da experiência prática;
- *o crítico*, que resulta da prática disciplinar, com expressão e linguagens próprias no espaço e na forma;
- e *o interpretativo*, que resulta da compreensão e da interpretação da situação concreta.

Na opinião de alguns dos autores, nomeadamente, James La Gro (2001), a arquitectura paisagista não tem tido uma educação profissional enraizada na investigação empírica. Ou seja, para alguns autores, não tem havido um método de investigação em arquitectura paisagista baseado na recolha de dados resultantes da observação, posteriormente analisados e que permita a elaboração de uma conclusão. Esta constatação ganha relevância se considerarmos que a organização e sistematização dos dados observados e as conclusões retiradas informam o processo de projecto. No entanto, na prática profissional, por vezes o

⁶⁴ Em arquitectura, diversos investigadores, de Quatremère de Quincy no séc. XIX a Aldo Rossi em pleno séc. XX, pesquisaram e desenvolveram o significado e a adopção de “tipos” arquitectónicos e a sua implicação na forma.

processo de investigação está praticamente ausente ou as metodologias e técnicas de investigação utilizadas não produzem resultados práticos dando origem a projectos pouco informados e apoiados. No ensino da arquitectura paisagista, na actualidade e na maioria das escolas, a abordagem ao processo de projecto inicia-se sempre com a investigação, mais ou menos detalhada, sobre o objecto de projecto, nomeadamente, sobre o conhecimento e compreensão da história natural e cultural do lugar, dos sistemas biofísicos e culturais presentes, sobre as técnicas e as exigências funcionais e programáticas.

Não raras vezes, por falta de tempo ou imperativo programático, o processo de projecto inicia-se, erradamente, pela formulação da proposta baseada em análises sumárias e incompletas ou, pelo contrário, exaustivas e complicadas que não permitem a materialização de uma proposta de qualidade. Não raras vezes, também, o processo de investigação, na tentativa de teorização e aprofundamento dos conceitos e métodos, não se traduz em casos de estudo com propostas significantes, nem à produção de conteúdos que conduzam ao avanço palpável da teoria disciplinar.

Ocorrem, frequentemente, leituras quase antagónicas das metodologias e valia das abordagens ao projecto entre as várias práticas profissionais que desenvolvem a sua actividade nesse domínio. Se, por um lado, se pode admitir que o processo de investigação visa a procura dos conceitos e significados que estabelecem as bases do desenho de projecto, nos seus atributos físicos, formais e estéticos, por outro lado o processo de projecto direcciona-se para a construção e materialização do objecto artístico.

A teorização dos métodos e técnicas adoptadas no projecto e na materialização da ideia/conceito têm contribuído para a sistematização do processo e consequente compreensão e aplicação na prática profissional e no ensino da arquitectura paisagista. As várias metodologias aplicadas ao processo de projecto têm sido desenvolvidas e aplicadas por diversos investigadores, arquitectos paisagistas ou não, ao longo das últimas quatro, cinco décadas. Salientam-se Christophe Girot, Hideo Sasaki, Bernard Lassus, Kevin Lynch e Gary Hack, Lawrence Halprin, Steven Krog, Gerald Susman, Jonh Benson, Manuela Raposo Magalhães, entre outros, que definiram metodologias de abordagem ao projecto de arquitectura paisagista, através da sequenciação das etapas do projecto, mais ou menos abrangentes e complexas.

Para além dos trabalhos sobre as etapas que constituem o processo do projecto e as respectivas metodologias adoptadas, há que salientar a actual reflexão sobre paisagem e todos os temas que lhe são inerentes, que muitos autores contemporâneos têm desenvolvido e que têm auxiliado e enriquecido a prática profissional e o ensino da disciplina. Essa reflexão centra-se no estabelecimento e amadurecimento da base teórica e prática indispensável à clarificação do papel da arquitectura paisagista na actualidade e dos seus métodos, processos e

objectivos, numa época em que se verifica tanta sobreposição disciplinar⁶⁵. Nesse âmbito, há a salientar os trabalhos de diversos autores contemporâneos como James Corner, Steen A.B. Høyer, Marc Treib, Anita Berrizbeita, o já mencionado Christophe Girod, Sébastien Marot, Georges Decombes e Daniela Colafranceschi.

No contexto português, Manuela Raposo Magalhães (2001, pp. 307-309) e Conceição Freire (2011, pp. 129-133) identificaram os vários processos que, ao longo do tempo, constituíram os esquemas metodológicos de concepção do projecto adoptados por diferentes autores. Dos métodos baseados na racionalidade da “*resolução de problemas*”, à atitude mais inclusiva dos aspectos intuitivos do pós-modernismo, passando pela multiplicidade de procedimentos baseados nos três tipos princípios metodológicos: linear, não linear e cíclico e, também, da adequação desses modelos de procedimento à arquitectura paisagista e, ainda, à identificação disciplinar de modelos próprios.

A permanência, durante muitas décadas, da dialéctica arte-ciência traduziu-se na adopção de métodos mais intuitivos e sensíveis ou mais dedutivos e racionais. Apesar dessa discussão ainda se manter, “(...) *parece fortalecer a ideia de inexistência de um processo universal (passível de utilização indiferenciada ou de solução para a resolução de todos os problemas) e, simultaneamente, a existência do carácter dedutivo e intuitivo associado ao processo de projecto.*” (FREIRE, 2011, p. 129).

O desenvolvimento do projecto resulta, assim, da relação entre processos cognitivos e intuitivos, ou seja “(...) *entre a informação e a formulação teórica (produção escrita) e a formalização (produção de imagens) que leva à elaboração da proposta*” (MAGALHÃES, 2001, p.307). Independentemente do tipo de abordagem ao projecto que se adopte, o processo de projecto resulta sempre dessa dialéctica entre processo cognitivo e intuitivo que balanceia entre aspectos científicos e objectivos e os artísticos e subjectivos.

Se os procedimentos adoptados nas várias disciplinas de projecto são idênticos – delinear etapas para a resolução de problemas, avaliar acções e tomar de decisões – também os percursos conceptuais, compositivos, estéticos e culturais o são, bem como a estrutura episódica e pendular do seu desenvolvimento (FREIRE, 2011, p.134). No entanto, existe uma especificidade das metodologias de projecto em arquitectura paisagista, que derivam do universo da sua acção e da complexidade do seu meio de trabalho. Uma das áreas de diferenciação mais relevantes é *a importância central das configurações estéticas e simbólicas das formas e processos geológicos, hidrológicos e biológicos, e das suas inter-relações ecológicas* (SWAFFIELD, 2002, p.5).

⁶⁵ Que por vezes ultrapassa a interdisciplinaridade e se situa na “competição” ou concorrência pelos mesmos domínios do saber.

O projecto de paisagem tem como meio projectual um espaço mais complexo, multi-sistémico e quadrimensional, o “(...) *sistema natural da paisagem é trabalhado em termos ecológicos e simultaneamente trabalham-se e adaptam-se as estruturas e relações culturais (...)* Condições que motivam o estabelecimento de metodologias mais complexas, diagramáticas, que orientam os procedimentos e as decisões, onde as opções, traduzidas em cenários ou modelos, são testadas à luz das decisões primeiramente tomadas(...)” (FREIRE, 2011, p.134). Conceição Freire (2011, pp.245-254) analisa, detalhadamente, os aspectos relacionados com as estratégias mais importantes a adoptar na transformação do lugar, bem como as componentes conceptuais formais, no âmbito do projecto de arquitectura paisagista. Através dessa análise evidencia os contributos de diversos autores, nacionais e estrangeiros, para a atitude do arquitecto paisagista perante o processo de transformação da paisagem através do projecto.

Com base nas propostas de distintos autores e da experimentação metodológica da organização do processo, podemos considerar que o processo de projecto integra, genericamente, quatro principais etapas sequenciais, não estanques nem lineares:

- a. Conhecer e Interpretar - contém as análises e caracterizações (objectivas e subjectivas) a síntese das análises/diagnóstico (compreensão e interpretação do lugar) e selecção dos aspectos mais relevantes a considerar para o processo;
- b. Programa de intenções - pretensões para o projecto e eventual formulação de programas (quando não existam);
- c. Estratégias e Objectivos – as primeiras definem-se como instrumentos de acção: simbólicos, programáticos e de desenho e incidem sobre os meios: ambiental, socioeconómico, urbanístico, arquitectónico, entre outros. Os objectivos são definidos como meta a atingir (problemas a resolver, valores a realçar, recursos a preservar, “mais-valias” a introduzir) cruzando o conhecimento e compreensão do local de intervenção, com os programas/intenções e estratégias;
- d. Conceber e Propor – fases de definição do conceito de intervenção que rege todo o processo conceptual. É resultante da combinação dos aspectos racionais, sensoriais, éticos e da criatividade do *design*, e deve considerar os princípios anteriores. Possui um carácter objectivo /pragmático e subjectivo/artístico.

A primeira etapa do processo é a análise e compreensão dos sistemas, estruturas e elementos presentes no território o que permitirá a compreensão holística da paisagem nas suas dimensões - ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial - que integram a paisagem e que são necessárias para a abordagem holística à mesma (ABREU, et al., 2004, Vol. I, p.32).

A análise permitirá a caracterização da área de intervenção ao nível da morfologia do relevo, da fisiografia, da fitossociologia e da vegetação, dos aspectos geológicos e pedológicos, da presença da água, das condições edafo-climáticas (de solo e clima), da estrutura cultural, social e urbana (espaços abertos/fechados, da implantação de edifícios e hierarquia dos fluxos e redes rodoviária e pedonal, entre outros), da qualidade de imagem e dos aspectos sensoriais.

A análise requer sempre uma interpretação dos elementos analisados - dos dados recolhidos da informação sistematizada - de que resulte um diagnóstico ou uma interpretação. No caso do processo do projecto, mais do que um diagnóstico, é necessário saber interpretar a informação recolhida e compreender quais os elementos “vitais” para o desenho de projecto. A selecção desses elementos é sempre feita em função dos objectivos a alcançar e do programa existente, ou seja, os elementos que resultam da confrontação entre o lugar e o projecto.

Podemos afirmar que, mais importante que análises profundas e complexas, é a capacidade de seleccionar os aspectos gerais e particulares essenciais para o desenvolvimento do projecto daqueles que são acessórios, dispensáveis, que nada acrescentam. Ou seja, identificar estruturas e elementos a preservar e que poderão ser modificados e ter um novo uso, e os que poderão ser eliminados. Sem a síntese, ou seja a capacidade de ponderação e selecção de entre os elementos analisados aqueles que são essenciais e aqueles que são acessórios, o projecto não é devidamente informado e a fase de proposta pode assentar em premissas erróneas.

Como já foi referido, estas etapas são sequenciais, mas não lineares. Ou seja, só após as análises efectuadas se podem interpretar e sintetizar os dados analisados e, só depois disso, iniciar a fase de proposta. No entanto, no decurso do processo pode sentir-se a necessidade de analisar mais aprofundadamente um determinado aspecto, ou até surgir informação inesperada que condicione a orientação da proposta, daí poder-se voltar atrás a cada momento, confirmando elementos, pesquisando outros, introduzindo correcções ou ajustes. Trata-se, portanto, de um processo aberto e dinâmico que compreende avanços e recuos.

Simultaneamente ao processo racional e relacional de análise - inventariação, caracterização, interpretação e síntese – inicia-se o processo criativo. A gestação das ideias tem início com o processo de observação: conhecendo, estudando, experimentando e sentindo. Por vezes, é necessário todo o processo de análises e síntese estar concluído para dar início ao processo criativo, outras vezes, ele inicia-se de imediato com o primeiro contacto com a pretensão de um projecto (programa e local), tudo depende do método utilizado pelo projectista naquela circunstância concreta.

A localização e o contexto são dos aspectos mais importantes a considerar no início do desenvolvimento do projecto. Um dos objectivos da intervenção do arquitecto paisagista é assegurar e acomodar os distintos elementos do programa na área de intervenção, considerando a existência de porosidades relacionais e sistémicas com as áreas contíguas. Essas porosidades alargam a noção de limite ou fronteiras para escalas maiores, ultrapassando o limite físico da área de intervenção. Na localização há, por isso, que considerar, para além das características intrínsecas do local, as características do seu contexto: geográfico, ecológico, paisagístico e social. Quando se descontextualiza uma área de intervenção, ou local de projecto, do seu contexto é como extrair uma palavra de uma frase, o conteúdo resulta incompreensível (WATERMAN, 2009, p.50).

A visita ao local do projecto, por norma, deverá despertar as primeiras ideias, esboços e esquiços. Quando a visita não é possível, a visualização dos elementos cartográficos, topográficos, mapas e imagens virtuais (*Google maps, street view*) e fotografias, desperta a formulação das primeiras ideias e a visualização das primeiras formas, embora incompletas.

A cartografia e a topografia são técnicas de registo, sobre as quais se trabalha na realização do projecto sendo que, de maneira geral, é da segunda que se obtém o nível de pormenor necessário para o projecto de obra. A imagem da localização e do contexto obtém-se através da cartografia que, associada à fotografia, ao vídeo, aos esquiços e apontamentos escritos permitem o desenvolvimento da fase de análise, caracterização e inventariação, e os primeiros esboços da proposta e da germinação das ideias.

O programa, estratégias e objectivos são delineados neste tempo. Na inexistência de um programa específico, algo frequente na prática de projecto de arquitectura paisagista, é necessário defini-lo, transmiti-lo e discuti-lo com o cliente. As estratégias a adoptar e os objectivos a atingir dependem do tipo de programa a implementar e, obviamente, das características e particularidades da área de intervenção.

Gonçalo Ribeiro Telles (2003), reúne um conjunto de estratégias fundamentais para a intervenção na paisagem, onde “*Matéria, espaço e tempo se combinam numa construção, criteriosa e delicada, que é fundamentada em componentes científicos e estéticos e agilizada através dos principais elementos da Natureza.*” Apesar de se referir, especificamente, ao projecto de jardim, Ribeiro Telles enuncia os *Dez mandamentos* (FREIRE, 2011, pp.254-255) para o projecto, associando os aspectos sensoriais e estéticos dos lugares às características naturais e culturais a exaltar e a preservar (diversidade biológica e ritmo da vida, “ordem natural” e “ordem cultural”, beleza, simplicidade, integração, entre outros) tendo sempre em conta que o projecto se desenvolve e a paisagem se transforma para o *seu único utente: o homem*. O projectista recusa a ideia de *decoração ou arranjo*, o jardim e a paisagem resultam

para ele, e para nós, *de concepções e de projectos*, e nunca de uma visão redutora de embelezamento.

Às dimensões da paisagem (*ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial*) consideradas na abordagem holística da paisagem (ABREU, *et al.* 2004, Vol. I, p.32) podemos acrescentar, no âmbito da concepção do projecto, as dimensões estética e éticas sublinhadas por Ribeiro Telles.

Conceição Freire (2011, p.242) estabelece como componentes elementares do projecto de arquitectura paisagista, também presentes no projecto arquitectónico, embora de natureza distinta, os seguintes: *“Elementos programáticos, concebidos como os objectivos da intervenção e intenções que estes revelam, geralmente expressos no programa de intervenção (...); Estratégias de intervenção no lugar (comportamentais e procedimentais); Componentes conceptuais, que afirmam a inventiva e que assentam no universo do passado, do presente e das possibilidades que podem vir a ser criadas no futuro.”*

Traduzindo esses componentes para as fases que precedem a proposta, podemos considerar os seguintes ingredientes mais importantes para o seu desenvolvimento:

- os elementos essenciais do local do projecto (materiais e imateriais);
- o programa;
- os objectivos a atingir;
- e a disponibilidade intelectual para a criação e invenção.

Cada um destes aspectos contém em si múltiplos factores que têm de ser ponderados, usados ou esquecidos e, a partir desse exercício mental, vai-se formulando uma estratégia de intervenção: o que se quer obter e os meios para o conseguir.

Essa estratégia delimita o caminho a seguir, fazendo com que regressemos a ela sempre que nos desviamos. Só o aparecimento de novos dados, informações relevantes ou mudança programática poderá mudar essa estratégia. A estratégia de intervenção contém em si uma estratégia conceptual, ou seja, uma formulação de princípios que nos permite a definição de um percurso para o desenho de projecto, para a organização funcional, formal e espacial. Uma súbita inspiração transformadora pode alterar a estratégia conceptual, no entanto, não deve alterar a estratégia de intervenção no sentido em que esta é mais abrangente, estrutural e assente em princípios mais definitivos.

O desenho de projecto será, então, consequência da interpretação e análise da paisagem presente ao nível racional, sensorial e emocional, da implementação de um programa, dos objectivos definidos e da capacidade criativa e artística do projectista.

Apesar de, como já referimos, o processo não ser linear e o processo criativo poder iniciar-se pelas primeiras impressões do local, é na etapa designada por “Conceber e Propor” que o processo de concepção/proposta é mais vincado. Esta fase mistura múltiplas variáveis mais ou menos complexas, em número e atributos conforme o tipo de projecto, pretendendo-se chegar a um resultado aceitável na forma e no conteúdo.

De forma a tentar explicar as particularidades do processo, Corajoud (1995), refere que o projecto de paisagem é *uma alquimia obscura, onde o conhecimento é investido, mas de uma forma não explícita, não-linear*. É no jogo de prevalências e subalternizações, harmonia e confrontos, recente e antigo e outras dualidades e/ou formulações mais ou menos complexas e ricas, que a coerência e unidade projectual se vai procurando e que a escrita que se imprime vai permitindo ser lida e compreendida. O projecto, nesta fase, não é mais do que um texto que vai sendo construído de modo a permitir contar uma história para ser lida e reinterpretada.

As ideias ou conceitos de intervenção subjacentes ao desenvolvimento do projecto, que o fundamenta e consubstancia, resultam da percepção do real – material e onírico - e da sua transformação no tempo e no espaço. As ideias ou conceitos⁶⁶ deverão reflectir-se na organização do espaço, na formalização e funcionamento dos seus constituintes e nas inter-relações e articulações estabelecidas com o contexto em que se insere.

O percurso criativo deve, assim, contemplar a projecção da ideia numa visão tridimensional de superfícies, pontos, linhas, volumes, matérias (texturas, cores e escala), sequências de planos e espaços (movimento), esse percurso assenta na capacidade de abstracção e visualização prévia das ideias e das opções e soluções projectuais ao nível das suas espacialidades. Deve ser eliminada a visão estática e bidimensional do projecto como mero exercício de desenho em planta. O percurso criativo deverá contemplar, as formulações conceptuais e os aspectos sensoriais e, com particular atenção, os aspectos culturais: económicos e sociais (resposta às expectativas e necessidades das populações), históricos (legados, utilizações, significados e símbolos), éticos, bem como a procura do equilíbrio, por vezes tão frágil, das paisagens e dos lugares em que se intervém.

A fase de concepção/proposta contém dois momentos que, apesar de inseparáveis e transversais, se complementam e inter-influenciam: a fase criativa e a fase técnica. A primeira, mais expressiva no desenho do projecto (geral e particular), nas soluções compositivas, espaciais e formais, a segunda, no estabelecimento de soluções para a sua concretização. O

⁶⁶ Numa incursão na dimensão semântica deste termo: da Língua portuguesa: *substantivo masculino cujo significado é: ideia, noção, ponto de vista*; da Filosofia: *representação mental, abstracta e geral, de um objecto; noção abstracta; ideia geral*; da Linguística: *representação simbólica com um significado geral que abarca toda uma série de objectos que possuem propriedades comuns* - Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora.

processo criativo, como acabamos de ver, não é um processo estanque e linear, mas antes uma sequência de experimentações evolutivas informadas por aspectos reais e simbólicos, que se obtêm pela experiência da representação e da simulação (pelo desenho) para a sua concretização. Este processo não pára com o plano geral, prolonga-se e interage com a escolha das soluções e pormenores construtivos e dos materiais a utilizar, também eles objecto da criatividade do projectista.

A fase criativa é permanentemente informada, potenciada ou otimizada pelos materiais e técnicas a utilizar no projecto, e pelos conhecimentos, vivências e experiências do próprio projectista (cultura). O tempo da técnica chega pelo cruzamento do desenho com a realidade das materialidades, dos processos construtivos e das exigências do lugar: pela necessidade de vencer um desnível, de modelar um talude, de drenar uma superfície, de arborizar uma área, de iluminar uma praça, de escolher os materiais que conferem a forma e a função. As características sensoriais - o que se quer evidenciar ou dissimular – também dependem da forma como os materiais são utilizados. Os aspectos funcionais decorrentes da implementação do programa e das características físicas dos locais, condicionam e determinam alguns aspectos do desenho de projecto.

É, nesta fase, que se desenvolvem as peças desenhadas e escritas que irão permitir a comunicação das ideias que possibilitarão a concretização da obra. É o tempo do rigor e da objectividade, da manipulação e da transmissão do que se pretende através dos planos, das plantas e dos detalhes construtivos em número e qualidade suficientes que permitam a materialização da obra.

Após a definição da estrutura geral do projecto – da organização formal e funcional, da implementação do programa (dando cumprimento aos objectivos previamente estabelecidos) - inicia-se o processo da “construção” e organização do projecto. O projecto passará da fase inicial de Estudo Prévio (definição da forma e desenho de projecto – estabelecimento da ideia e espacialização das funções – através da adequação ao relevo, estabelecimento de critérios de utilização dos sistemas vivos e inertes) para a sua concretização com maior detalhe – Projecto Base/Anteprojecto até ao projecto de obra, o Projecto de Execução ⁶⁷.

À medida que o projecto evolui, maior será o grau de detalhe a adoptar. As peças escritas, em sede de projecto de execução, descrevem, justificam e caracterizam os elementos, funções e sistemas presentes antes da intervenção (análise); a ideia e a estratégia de intervenção e os objectivos da proposta, o programa (caso exista) e eventuais condicionantes à sua implementação, a estrutura geral da proposta, as opções de projecto: espaços, estruturas,

⁶⁷ A Portaria nº 701-H/2008 de 29 de Julho do CCP (Código de Contratos Públicos) define as fases e conteúdos de cada uma das fases de projecto, que variam de acordo com as especificações técnicas do Caderno de Encargos ou de acordo com o Dono da Obra e Projectistas: Programa base; Estudo Prévio; Anteprojecto; Projecto de Execução e Assistência Técnica.

modelação, equipamentos, materiais vivos e inertes (memória descritiva e justificativa); as características dos materiais e dos processos de execução (caderno encargos) e as quantidades e preços dos materiais a utilizar e as características dos processos construtivos (medições e orçamentos).

O número e características das peças desenhadas a apresentar nas fases de estudo prévio e de projecto de execução, dependem da natureza e objectivos do projecto, variando o seu número e grau de detalhe (conteúdo e escalas) de acordo com a fase em que se desenvolve e o grau de complexidade ou dimensão do projecto, sendo que um projecto para uma pequena área pode não querer dizer menor complexidade. Na apresentação do projecto é necessário prevalecer o rigor e a legibilidade de todas as peças. Em fase de projecto de execução, devem ser apresentados todos os elementos necessários à integral e correcta execução da obra.

O projecto deverá ser desenvolvido interdisciplinarmente, cruzando as opções projectuais (de localização dos elementos, aspectos formais, materiais e processos construtivos) com as várias especialidades presentes (engenharia civil - estabilidade, arruamentos, trânsito, águas e esgotos, pluviais, higiene e segurança; engenharia electrotécnica - iluminação funcional e decorativa; engenharia mecânica - centrais de bombagem, tubagens; arquitectura - edifícios; agronomia, silvicultura, entre outras).

A prática de projecto é acompanhada por um emaranhado legal referente às disciplinas de projecto em geral e às especificidades de cada uma em particular, que não importa aqui referir detalhadamente. No entanto, podemos considerar que a legislação existente relativa à prática profissional do projecto se divide, de forma simplificada, em três vertentes: uma primeira que diz respeito às exigências e requisitos na elaboração de projectos de obras públicas⁶⁸, a segunda que enquadra as qualificações profissionais exigidas para a elaboração de projectos⁶⁹, fiscalização e direcção de obra, e que se aplica tanto a obras privadas como a públicas e, a terceira que enquadra as obras de urbanização e edificação⁷⁰, mais aplicadas aos projectos e obras particulares. Mas, para além disso, ainda existem uma panóplia de requisitos próprios de cada disciplina e de cada projecto em particular (por exemplo, os ligados aos diversos níveis dos instrumentos de planeamento, ordenamento do território e ambiente).

Importa referir que o cronograma completo da elaboração do projecto, não termina com a finalização do projecto de execução, prolonga-se pela execução da obra e pela sua evolução e maturação, associada à apropriação e utilização por parte das populações.

⁶⁸ Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

⁶⁹ Lei n.º 31/2009 de 3 de Julho, Portaria n.º 1379/2009 de 30 de Outubro.

⁷⁰ Regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro. Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril.

2.2 Projectos de parques urbanos

Os três projectos que se apresentam neste capítulo – *Parque Urbano de S. Sebastião* na cidade de Santiago do Cacém, *Parque Urbano da Lagoa* na cidade de Albufeira e *Parque Urbano de Olhão* – têm em comum a tipologia de parque urbano, ao estarem inseridos em figuras de planeamento de nível municipal (Planos Directores Municipais e Planos de Pormenor) ou em Loteamentos urbanos, e constituírem espaços públicos de dimensão e importância à escala da cidade. São três trabalhos que cruzam as escalas do plano e do projecto e que, de forma mais visível, permitem a aplicação da ideia de transversalidade, da inter e transdisciplinaridade e que cruzam aspectos relacionados com o campo teórico e prático anteriormente mencionados⁷¹.

O primeiro projecto, apesar de possuir uma área relativamente pequena, cerca de 2,4 hectares, integra um projecto de maior dimensão com extensa componente edificada (*Projecto de Loteamentos e Infraestruturas do Bairro de S. Sebastião*, com uma área total que perfaz os 150 hectares) que ocupa parte significativa do sector sudeste de expansão urbana da cidade de Santiago do Cacém. Trata-se de uma paisagem em processo de transformação acelerada com reflexos em profundas alterações morfológicas, ecológicas, culturais e de imagem que, genericamente, caracterizam a mudança de uso do espaço. Neste caso, de rural para urbano.

O segundo projecto, incide sobre uma área de cerca de 3,2 hectares, constitui uma pequena parcela de terreno sobrevivente à voragem urbano-turística que caracterizou a cidade algarvia de Albufeira durante décadas. Essa “sobrevivência” resultou directamente das características topográficas e hidrogeológicas do terreno e do substrato, impeditivas à edificação que, no entanto, hoje representam uma “mais-valia” de oportunidades de valorização ecológica e urbana daquilo que seria, e por vezes é, considerado, incongruentemente, um “vazio urbano”.

O terceiro e último projecto, está enquadrado na figura de planeamento de plano de pormenor, ocupa uma área de cerca de 44 hectares e possui componente edificada. Localiza-se num sector nuclear da recente coroa urbana da cidade Olhão. Estabelece a transição para o espaço rural a norte e constitui-se como uma área de elevado potencial ecológico e social.

Importa aqui reflectir, ainda que de forma sumária, sobre as principais características que enquadram a tipologia de parque urbano.

A revolução industrial - com maior expressão, no seu início, em Inglaterra - originou um radical processo de transformação urbana que conduziu, num curto prazo, à acentuada degradação ambiental das cidades. A instalação no espaço urbano de milhares de unidades

⁷¹ Por variadas razões, nenhum dos parques projectados e apresentados neste capítulo se encontra executado.

fabris de todo o género provocou um crescimento urbano “explosivo” e desordenado, resultante do drástico aumento populacional devido ao massivo êxodo rural, que então ocorreu.

Paralelamente a esse fenómeno, o desenvolvimento do pensamento científico e o aparecimento das correntes “higienistas” do século XIX, encontraram na natureza a resposta aos graves problemas ambientais que se viviam nas cidades. O seu papel purificador, amenizador e, simultaneamente, de ajuda psicológica às populações operárias, cada vez com mais tempo livre, foi traduzido no aparecimento dos jardins e dos parques públicos como “*infra-estrutura*” necessária à cidade.

No contexto da Europa ocidental, é em Inglaterra, no século XIX, que surgem os primeiros jardins de uso público destacando-se o “*Derby Arboretum*”, projectado por John Claudius Loudon, que se tornou o primeiro grande defensor dos parques públicos (HOPKINS, 2006).

Foi após as visitas à Europa do arquitecto paisagista americano Frederick Law Olmsted que o conceito de jardim e parque público foi importado para os Estados Unidos da América. A construção do mais expressivo, pioneiro e emblemático parque da época - da autoria de Olmsted e do seu sócio Calvert Vaux - o Central Park⁷², em Nova Iorque é, assim, resultado da inspiração directa nos jardins e parques ingleses (em particular o *Birkenhead Park* de Paxton).

A aliança entre as opções políticas de melhoria das condições de vida dos habitantes, resultantes da ideia do parque público como “pulmões da cidade”, e os valores mais simbólicos e filosóficos, associados à presença da natureza na cidade ou “*rus in urbe*”⁷³, traduziram uma marca importante na forma como as grandes cidades se desenvolveram ao ponto de, certos autores como Lynn Miller (2006), considerarem os Parques públicos “*Génios da civilização*”, em que “*O próprio modelo de parque urbano representa uma longa incubação de ideias e momentos históricos em que as decisões políticas eram tomadas não só por motivos políticos, mas também pelo bem de todos os cidadãos e pela criação de melhores condições de vida*”.

O parque público proliferou e ganhou importância por todo o mundo, nas grandes cidades, possibilitando ao Homem urbano o contacto com a natureza perdida. Ao longo do tempo foi assumindo várias configurações, categorias e sub-categorias de acordo com as características intrínsecas do lugar ocupado ou do programa para ele estabelecido (ribeirinho, linear, temático, botânico, agrícola, arqueológico, entre outros). Nas palavras de Giampiero Donin (2007), o termo “Parque” mais do que um lugar físico define um conceito que se tem reflectido como parte constitutiva dos novos modelos urbanos ou que medeia as contradições e desequilíbrios existentes entre distintas partes da cidade. Segundo o mesmo autor, para além

⁷² Projectado em 1857, por Frederick Law Olmsted (JELLICOE, 1995, p. 497)

⁷³ “*O campo na cidade*”, expressão de Marcial, contemporâneo de Plínio (THOMPSON, 2006).

de se configurar como uma reserva ambiental o parque é o lugar por excelência de *desforra* da natureza sobre a metrópole e de *redenção* das *devastações ecológicas*.

O parque urbano apresenta como principais características: o uso público, a prevalência dos elementos naturais sobre os construídos, o duplo carácter de espaço de contemplação (lazer e recreação) e de preservação dos valores ecológicos (ambiental) afirmando-se, pela sua escala e complexidade, como verdadeira metáfora da natureza. A multifuncionalidade da paisagem e a complexidade dos sistemas naturais presentes são umas das características mais importantes do parque.

Nas décadas de setenta e oitenta do século passado assistiu-se a significativas alterações conceptuais que, paulatinamente, foram interiorizadas política, económica e socialmente, com reflexos óbvios na transformação do conceito original de parque. Falamos da ideia contemporânea de sustentabilidade, de conservação e de limites do crescimento⁷⁴ relacionados com a nova ecologia urbana - ligada ao tempo e às relações que se desenvolvem no território (entendido como sistema vivo de grande complexidade) - ou seja de uma visão ecossistémica da cidade. A integração desses “novos” conceitos esteve na base das mudanças de paradigmas de abordagem ao planeamento urbano, com o abandono do conceito de espaço funcional, isotrópico e desligado do factor tempo (planeamento zonal) para a procura de um novo modelo de desenho urbano: global, estratégico e sistémico⁷⁵. A ideia de recuperação, valorização e integração dos lugares e dos sistemas naturais e culturais, da sua individualização e identidade, cruza-se com a mudança de paradigma de *desenvolvimento urbano* assente em princípios de sustentabilidade no desenho urbano (gestão racional dos recursos energéticos e perpetuação no tempo dos recursos naturais - perenidade).

A noção de *estrutura verde urbana* nasce da expansão do conceito de parque, integrando as estruturas ecológica e cultural, constituindo-se como uma rede de espaços públicos multifuncionais e com características de infra-estrutura ambiental.

⁷⁴ 1972 - Ideia contemporânea de Sustentabilidade; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Estocolmo (“Limites do Crescimento”); 1980 – União para a Conservação da Natureza (UICN) publicou documento “WCS-World Conservation Strategy”. “Conservação” é entendida como a “gestão da utilização humana da biosfera, de forma a proporcionar o maior benefício sustentável às gerações presentes, mantendo a capacidade de satisfação das necessidades e aspirações das gerações futuras”. Aqui, definiram-se três objectivos para a conservação: Definiram-se três objectivos para a conservação: Manter os principais processos ecológicos e os sistemas de suporte à vida; Preservar a diversidade genética; Assegurar a utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas. 1987 – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: “O Nosso Futuro Comum” (também conhecido como relatório de Brundtland). São evidenciados os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem que seja considerada a capacidade de suporte dos ecossistemas - incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo praticados - não há apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, existe também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo a que estes sejam renovados e perpetuados. Estes conceitos foram, durante muitas décadas, reflectidos pelas primeiras gerações de arquitectos paisagistas portugueses e estão na base da filosofia disciplinar.

⁷⁵ Cujas reflexões e fundamentação teórica foi desenvolvida por diversos autores internacionais: François Ascher, Richard Forman, Michael Hough, Miguel Ruano e a nível nacional por Gonçalo Ribeiro Telles.

O parque deu lugar ao sistema de parques, conceito historicamente iniciado há cem anos atrás com a concepção, por Frederick Law Olmsted, do sistema de Parques em Boston. Esse sistema de parques – denominado por Olmsted de *“Emerald Necklace”* – traduz-se num conjunto de espaços públicos ao livre, existentes e novos, de diferentes tipologias (Parque *Common* de Boston, jardins públicos, áreas degradadas, pântanos, baías, avenidas), interligados por espaços verdes de forma a *“(…) a criar 800 hectares de espaços públicos ao ar livre com uma grande variedade de utilizações e caracteres. O sistema permitia o acesso e a comunicação ao longo e através do espaço (…) continua a ser um exemplo clássico de como um espaço urbano ao ar livre pode, do ponto de vista holístico, criativo e responsável, satisfazer as necessidades de uma população urbana heterogénea.”* (HOPKINS, 2006). O *Colar de Esmeraldas* de Olmsted, para além dos enormes benefícios socioeconómicos e a resolução de graves problemas ambientais da cidade, esteve na génese de importantes conceitos contemporâneos - que têm vindo a ser consolidados nas últimas décadas - de *corredores e estruturas verdes, estruturas ecológicas urbanas, comunidades sustentáveis, blue-green infrastructure*, entre outros.

2.2.1 Parque Urbano de S. Sebastião. Santiago do Cacém. (2003/04)

▪ Enquadramento Projectual

Este processo cruzou diversas escalas do plano e do projecto. Enquadrava-se no Plano de Urbanização⁷⁶ da cidade ao qual não correspondia, por definição, qualquer desenho urbano, mas antes, o estabelecimento de estratégias, regras e modelos para a organização do espaço físico. Esse plano definia a unidade correspondente ao Bairro de S. Sebastião que esteve na base do desenvolvimento do *Loteamento* e permitiu a materialização do projecto do Parque Urbano.

A inexistência de uma figura de planeamento intermédia entre o plano de urbanização e o projecto - como seria a de Plano de Pormenor - na nossa opinião, dificultou o processo de projecto face à dimensão e complexidade da intervenção. A figura do *loteamento*, à época muito comum, não respondeu de forma satisfatória à obtenção de um desenho urbano sistémico e integrador, nem à transdisciplinaridade necessária ao processo.

A preocupação de “lotear”, ou seja, o exercício de dividir por lotes o território com o objectivo de preencher as parcelas cadastrais com edificações - distribuindo o “*direito à construção*” de acordo com a parcela de terreno de que se é proprietário – contribui, não raras vezes, directa ou indirectamente, para a destruição dos valores e dos componentes essenciais das paisagens. O processo de urbanização em que prevalece a quantificação das áreas de edificabilidade, a aplicação de taxas, índices ou coeficientes de construção, conduziu a modelos urbanos estereotipados e desfasados das realidades culturais e naturais da paisagem.

Neste caso, a estrutura geral do desenho urbano surgiu perante o arquitecto paisagista como elemento pré-determinado, que não resultou de um trabalho interdisciplinar prévio. No entanto, a **visão inter-escalar** do processo manteve-se e o projecto de arquitectura paisagista tentou tirar partido da estrutura concêntrica e radial do desenho urbano, colocando o sistema ecológico e os elementos simbólicos como elementos geradores da forma e das espacialidades, com especial relevo para as características morfológicas e topográficas do lugar que contribuiriam para atenuar a percepção dessa geometria. Tratou-se de conferir ao projecto uma clara **leitura tridimensional** associada ao movimento e à sequência de perspectivas, leituras e ambiências que se descobrem percorrendo o parque.

As características *topomorfológicas* desta área de intervenção determinaram, em larga medida, a formalização do projecto. Apesar da rigidez *circular* e *concêntrica* imposta, tentou-se superar esses limites através do estabelecimento de continuidades dos sistemas de mobilidade e circulação e de conectividade das estruturas naturais presentes.

⁷⁶ Para além do Plano Director Municipal que incide sobre todo o concelho.

Neste projecto prevaleceu uma orientação para o estabelecimento de **continuidades e articulações** físicas, sobretudo do sistema de circulação, entre a área do parque e os espaços urbanos envolventes, contrariando a noção de encerramento que lhe é conferida pela geometria circular.

Foi, ainda, dada especial importância à adequação das características fisiográficas e microclimáticas aos usos e funções propostos. Aspecto particularmente considerado em parques urbanos, uma vez que aqui prevalecem as actividades ao ar livre que requerem conforto bioclimático para os utilizadores.

Este projecto surgiu na sequência de concurso público organizado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém integrado nos trabalhos de elaboração do *Projecto de Loteamento do Bairro de S. Sebastião*. A existência de um Plano de Urbanização (PU) que enquadrava o trabalho estabelecia, à partida, regras de ocupação ao nível dos índices urbanísticos e condicionantes à ocupação urbana. Apesar dos estudos realizados à época incidirem em toda a área de intervenção, no âmbito deste trabalho, a apresentação direcciona-se para o projecto do Parque Urbano sem, contudo, deixar de se proceder à sua contextualização escalar.

- Contextualização

Como foi reflectido anteriormente, no sub-capítulo 2.1, a localização e o contexto são aspectos que se devem considerar no início do processo - principalmente em projectos onde existe um amplo intervalo interescalar - uma vez que nos auxiliam na compreensão das *continuidades e transversalidades* presentes: geográficas, ecológicas, paisagísticas e sociais.

A construção do bairro de S. Sebastião estava previsto no PU, com localização a nordeste da área urbana consolidada da povoação, como se pode observar na Fig. 2.1. Devido ao facto de o projecto do parque decorrer a jusante do plano de urbanização de Santiago do Cacém, em que as diferentes tipologias - usos e ocupações do espaço - estavam definidas, levou, numa primeira abordagem, a constrangimentos face à impossibilidade de impor limitações ou alterações decorrentes dos estudos que se iriam efectuar. A definição, em sede de PU, dos grupos tipológico - funcionais associados à “Estrutura Verde” são: o “Verde de protecção” e “Verde urbano”. O tipo de abordagem presente neste PU demonstrava, pela própria nomenclatura utilizada, uma estratégia baseada no conceito de espaço funcional que está na base do planeamento zonal.



Fig. 2.1 - Localização da área de intervenção. Diferentes aproximações de escala. (Fonte: Google maps 2015).

Na figura 2.2, podemos observar a Planta de Zonamento do PU. A área assinalada com o Nº 7 integra a área dos oito loteamentos a desenvolver. A área de intervenção prevista no concurso era de, aproximadamente, 19,2ha correspondente ao limite a negro na planta à direita. Contudo, essa área não correspondeu à área total a intervir uma vez que existiam terrenos particulares já intervencionados e/ ou comprometidos por outros estudos urbanísticos, como se pode observar na mesma planta da Fig. 2.2 (manchas sem cor da figura). Esse facto obrigou à redefinição dos limites dos loteamentos, bem como os polígonos e áreas de implantação dos edifícios, dos logradouros e de todo o traçado urbano proposto no projecto de arquitectura.



Fig. 2.2 – À esquerda, imagem da Planta de Zonamento; à direita, imagem dos diferentes projectos de loteamento a desenvolver (manchas com cor). S/esc.. (Fonte: Câmara Municipal).

A intervenção de arquitectura paisagista no âmbito deste estudo incidiu sobre uma ampla área de expansão urbana, cuja estruturação constitui o mais importante desafio e condicionante ao desenvolvimento do projecto, dada a fragmentação dos sistemas presentes.

Procurou-se restabelecer as continuidades, através dos seguintes objectivos gerais para a concretização do projecto:

- Dar cumprimento ao estipulado no caderno de encargos do concurso e em estudos urbanísticos anteriores, considerando os ajustes resultantes da actualização das bases topográficas disponíveis e do traçado urbano proposto no projecto dos loteamentos, bem como da aproximação da escala;
- Garantir a continuidade e valorização dos sistemas e valores naturais presentes, nomeadamente relevo, água, solo e sistema de vegetação no interior de todo o espaço urbano e da sua ligação à envolvente urbana e rural;
- Prever o aproveitamento, recuperação e enquadramento dos valores arquitectónicos e históricos existentes no espaço de intervenção como matéria conceptual de projecto;
- Implementar uma componente biológica e ecológica consistente, recorrendo aos vários extractos do sistema de vegetação e à sua distribuição de acordo com os usos e funções propostos, considerando sempre a necessária adaptação aos factores de ordem edafo-climática. Utilizar a vegetação como forma de protecção dos solos contra a erosão, renovação do solo e criação de uma estrutura verde eficiente, com as vantagens ecológicas daí resultantes e, ainda, utilizar a estrutura de vegetação como elemento essencial para a construção do espaço;
- Criar uma rede de percursos pedonais funcionais, que interligassem as diversas zonas dentro do espaço de intervenção e a sua articulação com o exterior.
 - Metodologia de abordagem ao projecto. Caracterização e Interpretação da paisagem

Como foi reflectido anteriormente, no sub-capítulo 2.1, esta fase corresponde à compreensão do *primeiro nível* do processo de planeamento e de projecto que se caracteriza pela análise, interpretação, caracterização, diagnóstico e síntese das variáveis presentes na paisagem, e o modo como poderão participar na definição de estratégias que conduzam à proposta.

Assim, para além da contextualização já efectuada, procedeu-se à caracterização biofísica, de humanização e percepção (fase de análise e caracterização) de toda a área de intervenção do loteamento, de modo a aprofundar o conhecimento, ainda algo vago, do lugar a diferentes escalas. Essa fase incidiu na globalidade do espaço de intervenção e áreas confinantes e visou alcançar os seguintes objectivos:

- Entendimento, a várias escalas, da realidade paisagística no que se refere a factores como o relevo, a água, a vegetação, a ocupação do solo, a percepção e humanização, que poderão constituir-se como potencialidades ou condicionantes à ocupação urbana;
- a percepção da eventual necessidade de adaptação e reajuste do desenho urbano pré-definido no estabelecimento das melhores soluções a adoptar.

A caracterização foi efectuada com base em levantamentos topográficos e cartográficos fornecidos pela câmara municipal (carta militar 1/25 000, fotografia aérea, levantamento topográfico à esc.1/1000) e em visitas ao local (reconhecimento de campo, levantamento fotográfico) e traduziu-se em peças desenhadas constantes no processo. Esta fase de análise foi constituída pela caracterização fisiográfica, climática, geológica e hidrogeologia, de uso do solo e de percepção visual. Tratou-se, por isso, de levar a cabo uma análise mais detalhada pelo aumento de escala e aproximação ao terreno, não havendo, porém, lugar a substanciais modificações que levassem a alterações no PU (aprovado e publicado). Ou seja, analisar, diagnosticar e confirmar a presença de potencialidades e eventuais condicionantes ao desenvolvimento da proposta a estabelecer.



Fig. 2.3 - Área de Intervenção – topografia. Capela de S. Sebastião. (Levantamento topográfico fornecido pela CMSC). (Foto:A.S).

A geologia e hidrogeologia da área em estudo revelam uma mancha de grés de Silves, de transição/separação entre antigas formações de xisto e grauvaques, correspondentes à época geológica do Carbónico. O grés de Silves, característico pela sua cor avermelhada, é visível em quase toda a área de intervenção. A presença de xisto é também verificada claramente no sector nascente do terreno. Dessas formações resultam solos pobres em nutrientes que associados ao modelado do relevo - de declives moderados a acentuados - e ausência de coberto vegetal - elevam significativamente os riscos de erosão. A camada de solo é transportada para as zonas de vale que constituem os únicos locais onde se verifica a existência de solo arável. A capacidade de infiltração de água é, portanto, reduzida a nula não

se constituindo aquíferos, daí o aparecimento de águas de superfície e o possível aproveitamento dessa ocorrência⁷⁷.



Fig. 2.4 - Aspecto geral da morfologia do relevo. Afloramentos rochosos de xisto. “Charca” em área de solo de grês. (Fotos: A.S.).

A análise das componentes geológica e hidrogeológica - aqui expressa de modo muito sucinto - é exemplo da reflexão efectuada no sub-capítulo anterior, sobre o sucessivo e continuado cruzamento de escalas: da maior abrangência (a época geológica) ao pormenor (áreas de acumulação de água).

Nas primeiras impressões do relevo, verifica-se que este se apresenta bastante alterado devido, sobretudo, à implantação de infra-estruturas e edificado em terrenos contíguos, acarretando grandes mobilizações de terras e o aparecimento de taludes de aterro e escavação de pendentes acentuadas e sujeitas a fenómenos de erosão.



Fig. 2.5 - Relevo alterado para construção de vias e frentes urbanas expectantes. (Fotos: A.S.).

O registo gráfico das impressões da paisagem efectuado no local (Fig. 2.6), constitui-se como elemento válido para uma primeira imersão na paisagem ao nível do sua conformação e desenho que, confrontado com os elementos de análise e síntese, mais detalhada e racional, ajudará a estabelecer o caminho conceptual do projecto do parque urbano.

⁷⁷ Dados confirmados pela leitura do constante nas Cartas Geológica e Hidrogeológica de Portugal, escalas 1/50 000 e 1/100 000, respectivamente. Instituto Geológico de Portugal, 2004.

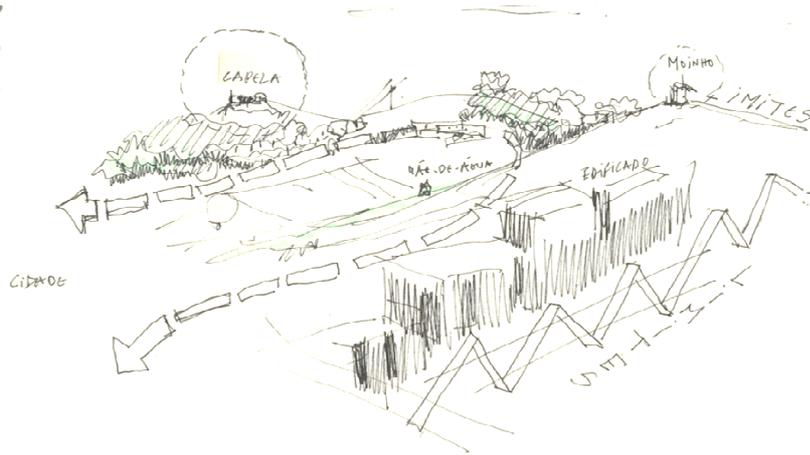


Fig. 2.6 – Esboço relacional

O registo das primeiras ideias surge com a visita à área de intervenção e com a visualização dos elementos cartográficos e topográficos disponíveis e produzidos no desenvolvimento do processo de projecto. Esse momento, como referido no ponto 2.1.4, irá estabelecer os primeiros esboços de uma proposta e a germinação de uma ideia, ainda que incipiente.

Da sistematização da análise do relevo, foram produzidas as seguintes cartas temáticas: Fisiografia (festos e talvegues) e Hipsometria; Declives; Orientações das Encostas e Síntese do Relevo. A síntese do relevo detém informação fundamental para a interpretação das características morfológicas e físicas do terreno, os elementos que o estruturam e o acidentado das encostas. No entanto, é a partir da leitura da fisiografia e da hipsometria que se pode compreender a estrutura matricial da paisagem ao nível da sua morfologia.

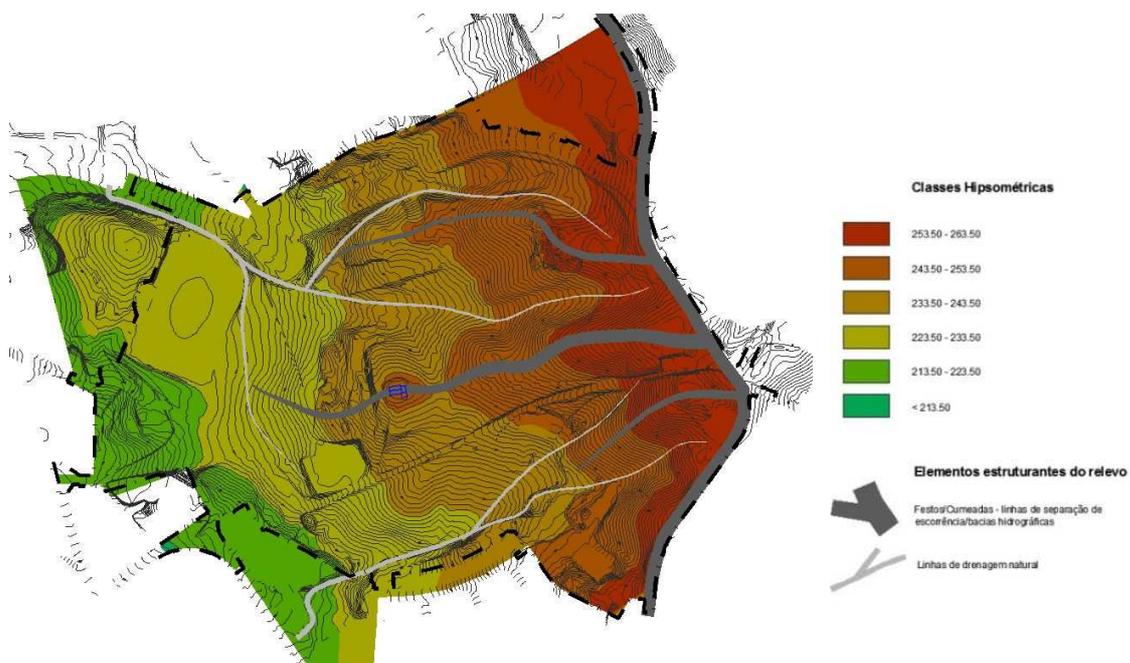


Fig. 2.7 – Elementos estruturantes do relevo: fisiografia e hipsometria. S/Esc.

A demarcação das linhas de separação da drenagem natural e das linhas de água e de drenagem natural (Fig. 2.7) permitiu estabelecer a estrutura geral da circulação hídrica à superfície do terreno; circulação essa equiparada ao funcionamento orgânico do relevo. A interpretação fisiográfica permitiu identificar os seguintes elementos estruturantes do relevo:

- uma linha de cumeada (festo principal) desenvolvida no sentido sul - norte, correspondendo ao traçado longitudinal da estrada da Cumeada, com orientação geral sul-norte, separando as bacias da ribeira de Sto André das subsidiárias do Rio Sado. O ponto de divergência dos festos constitui um centro de distribuição à escala local;
- uma linha de drenagem natural com talvegue pronunciado, a sul. Esse talvegue detém uma imagem reforçada devido aos aterros próximos do leito decorrentes da execução do Bairro e rodovias a sul. Drena no sentido NE-SO, no extremo sul do terreno.

O modelado sinuoso das encostas xistosas define linhas de drenagem, cuja expressão no terreno é diminuta e o contributo para a drenagem global acessório. A grande maioria não apresenta sulco ou talvegue visível, constituindo, na verdade, apenas um sector preferencial da escorrência.

As zonas hipsométricas representadas correspondem aos terrenos de cotas altimétricas compreendidas entre os 213,50 e os 263,50 metros, com definição de classes com intervalos de 10m, como se pode observar na figura 2.7. A escolha desses intervalos de classe teve como objectivo obter uma definição preliminar dos aspectos morfológicos, salientando as zonas de cota superior e inferior dos terrenos da área de intervenção e as zonas morfológicas associadas às linhas de drenagem mais pronunciadas e uma primeira definição das cumeadas.

A informação obtida nesta carta afigurou-se útil para a afinação da implantação do edificado e infra-estruturas, bem como, para a percepção do impacte das construções no relevo e na paisagem. Esta carta fornece, também, elementos de percepção visual, bem como de imagem das construções e da sua geometria no espaço.

Esta área apresenta relevo característico de zonas de transição entre o modelado xistoso e o de outras rochas (doloritos), com inflexões variantes na morfologia e na orientação das encostas e variações nos pendentes, passando frequentemente de situações de declive moderado a muito acentuado (Fig. 2.8).

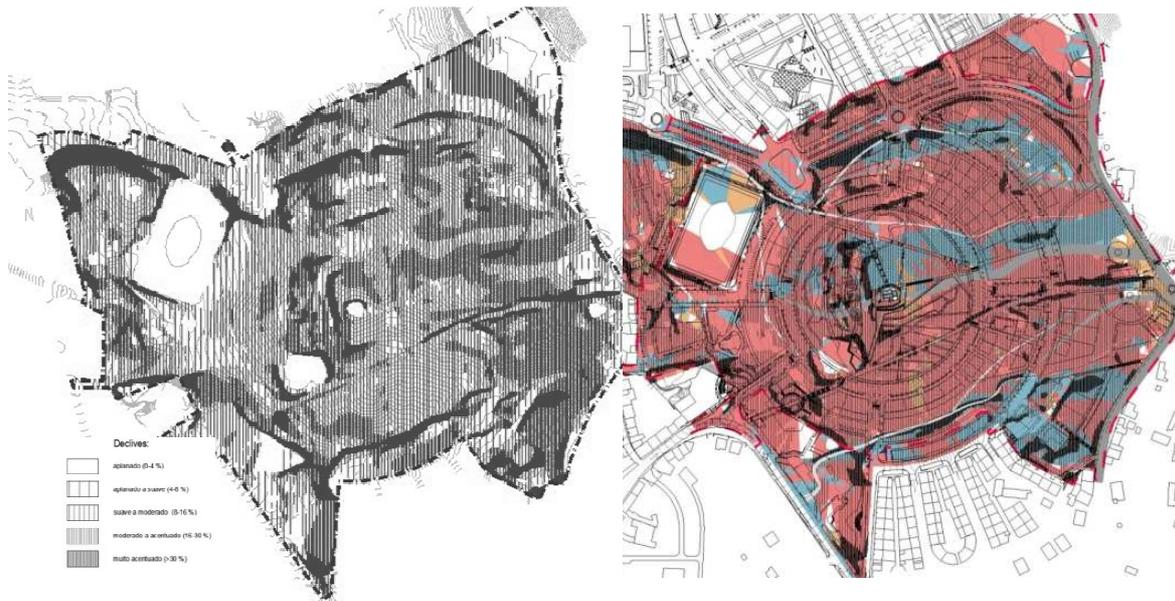


Fig. 2.8 - Imagem da carta de declives, à esquerda; e da carta de síntese do relevo, à direita. S/Esc.

Na carta de síntese do relevo foram destacadas várias classes que permitiram a interpretação dos aspectos estruturantes do relevo - cumeadas, linhas de drenagem natural, zonas aplanadas, de declives suaves a moderados, moderados a acentuados, de declives muito acentuados; orientação das encostas e outras. Foi, ainda, elaborado um quadro síntese das características climáticas pesquisadas, com incidência nos usos a implementar na área de intervenção.

Foi desenvolvida uma análise tipológica dos elementos imagéticos da paisagem (Fig. 2.9). Na hierarquia da imagem surgem, globalmente, os elementos que emprestam qualidade e individualidade à paisagem, como sejam: a capela e o relevo em colina a ela associado, os moinhos e o relevo da estrada da cumeada. Como aspecto negativo há a reter a falta de elementos unificadores e de leitura de conjunto, o que torna a imagem geral incaracterística, associada ao relevo alterado e às frentes urbanas em processo de consolidação, deixando os terrenos abandonados e expectantes.

A análise da imagem urbana/elementos construídos permitiu aferir a relação entre os elementos construídos presentes e a importância real ou simbólica de cada um deles. As frentes urbanas em processo de consolidação imprimem um cunho de metamorfose permanente a esta paisagem, acentuado pelo efeito de obra inacabada. Destacam-se pelo seu valor como referência, para além da capela, a “casa rural”, a mãe-d’água e o conjunto de moinhos de vento associados à cumeada. Estes últimos, incluídos, aliás, no projecto das “Áreas de Tomada de Vistas” poderão constituir, conjuntamente com a capela de S. Sebastião, os elementos unificadores da imagem cultural desta paisagem. Foram, ainda, analisados aspectos relativos à rede viária e pedonal existente numa perspectiva de hierarquização das mesmas, de modo a compreender os principais eixos/ fluxos/percursos viários e de peões. Esta

análise permitiu realçar a importância do eixo pedonal, a sul da capela, que rasga o futuro espaço do parque distribuindo e ligando o lado nascente da cidade ao poente. Este eixo pedonal assume-se como fortemente estruturante sob o ponto de vista funcional e como marco histórico-cultural (calçada romana, marco milenário).

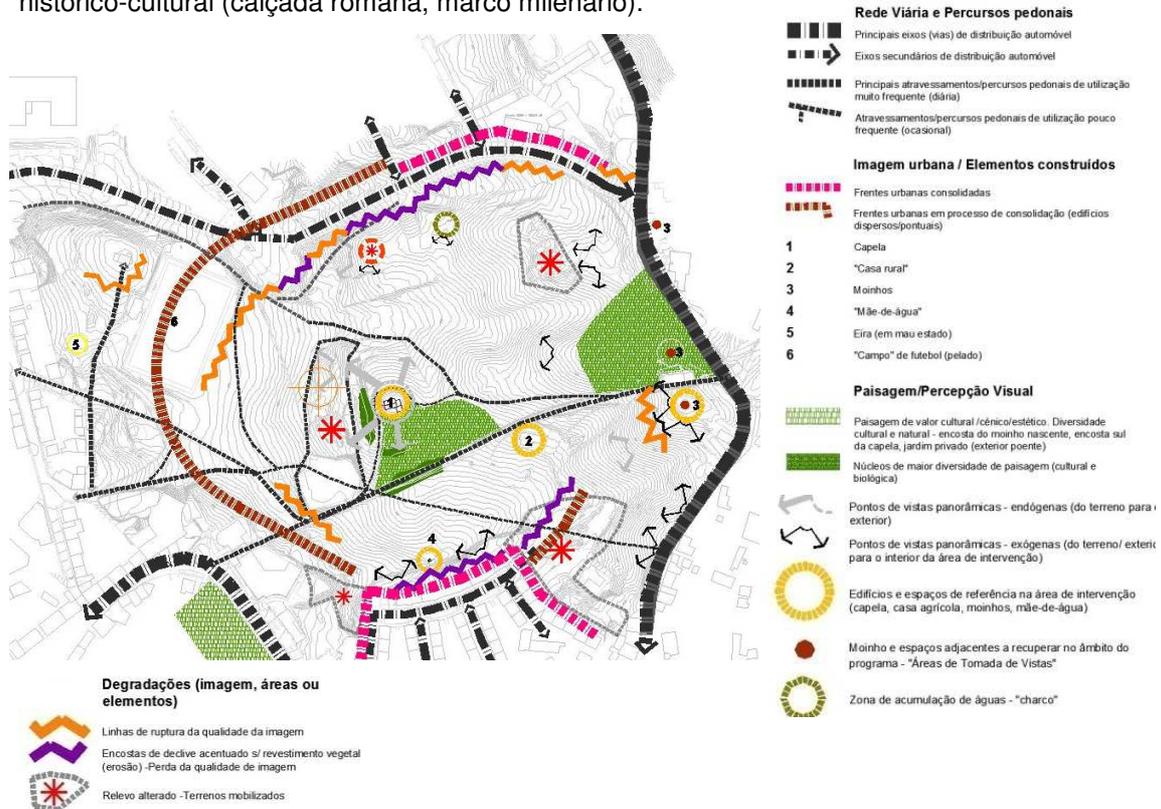


Fig. 2.9 - Imagem da carta de percepção da paisagem e sistema de vistas. Linhas, pontos, volumes e texturas da paisagem pré-existente. S/Esc.

A degradação de imagem, áreas ou elementos, foram diagnosticadas e referem-se a linhas de ruptura da qualidade de imagem coincidentes com as áreas em processo de consolidação (Fig. 2.9). Quanto às vistas destacam-se as obtidas das cumeadas - sobre a cidade e planície litoral (a poente) bem como sobre toda a área do futuro Parque.

A topografia, as componentes urbanísticas (edificado, vias, caminhos, construções, infraestruturas) e culturais existentes apontaram a estratégia que levaria à formalização do desenho urbano, como a seguir se descreverá.



Fig. 2.10 - "Mãe-d'água"; Colina central do terreno e capela de S. Sebastião; fachada principal da capela. (Fotos: A.S.)



Fig. 2.11 – Da esquerda para a direita: vista para a vila, que se obtém da colina da capela; caminho existente de acesso à capela; moinho na estrada da Cumeada. (Fotos: A.S.)

Da estrutura de vegetação existente, esparsa e pouco diversificada, foram considerados como elementos de valorização paisagística:

- as árvores de grande porte, isoladas ou em maciços, que pontuam o terreno;
- os maciços de árvores e arbustos, cuja raridade constitui por si só um acréscimo ao seu valor relativo na paisagem.

São as seguintes as espécies mais comuns encontradas no terreno: *Olea europeae var. sativa*, *Cupressus sempervirens*, *Olea europeae var. "silvestris"*, *Quercus suber*, *Ficus carica*, *Pinus halepensis*, *Pinus pinea*, *Pistacia lentiscus*, *Cistus monspeliensis*, *Cistus crispus*, *Daphne sp.*, *Rubus sp.*.

De modo geral os elementos referidos, em conjunto com o relevo, contribuem para a criação da identidade e a atribuição de significados a um território e paisagem sujeitos a crescente pressão urbanística. Estes elementos e estruturas - bem presentes na materialidade da paisagem - conjugados com as "imaterialidades" que resultam da história do lugar e dos seus protagonistas, constituíram as linhas mestras do desenho de projecto do parque.

O desenho urbano organizado a partir da centralidade da localização da capela e da pequena colina sobre a qual a mesma se implanta, caracteriza-se por uma geometria muito orientada pela distribuição do sistema edificado e viário, comportando o parque urbano como área nuclear.

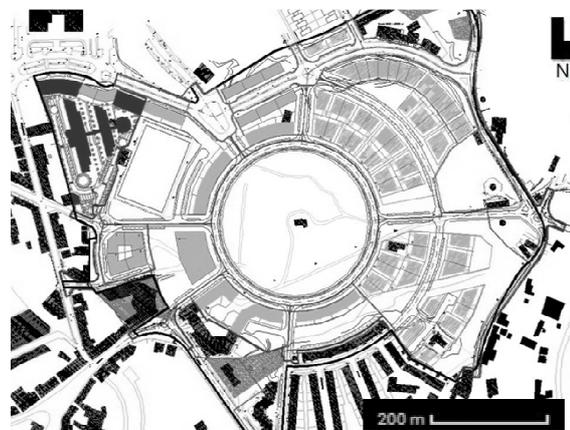


Fig. 2.12 – É visível a relação nuclear da capela e área do futuro parque urbano. A preto – edificações existentes; a cinza - estrutura edificada proposta.

Essa formalização revela uma vasta área de estrutura concêntrica, centrada na colina onde se situa a capela de São Sebastião, a partir da qual se organizam e espacializam os volumes construídos, os espaços abertos de uso público e a rede viária, constituída por vias principais concêntricas e as vias secundárias radiais. A área prevista para o Bairro de São Sebastião foi dividida em parcelas, que resultaram na proposta de criação de dez “loteamentos”, cuja implementação permitiria a urbanização faseada do território.

Nesta fase de síntese importa recuperar a ideia, sublinhada anteriormente no ponto 2.1, de que é necessário seleccionar e ponderar de entre os elementos (sistemas, estruturas) analisados aqueles que são essenciais, daqueles que são acessórios. Ou seja, a identificação dos aspectos gerais e particulares essenciais e os dispensáveis para o desenvolvimento do projecto.

Com a interpretação da informação (objectiva e sensorial) resultante das análises e a síntese dos aspectos mais relevantes detectados, cruzados com os elementos programáticos iniciou-se o processo criativo de formalização do desenho de projecto que conduziria à elaboração da proposta.

- Processo criativo e fase de proposta

A importância da forma do território conformado pelo sistema de elevações/depressões constitui um factor essencial de expressão visual na leitura da área de intervenção e a partir dela. À configuração do terreno associam-se as linhas de água e de drenagem natural como elementos de expressão formal e de valor ecológico. A intervenção de correcção e aproveitamento das linhas de drenagem existentes como forma de controlo dos caudais de ponta e como elementos potenciadores do aumento da biodiversidade integrados na rede de espaços verdes urbanos (estrutura de protecção) constituíram um objectivo de qualificação, num conceito global de *continuum naturale* que permitiria a **formalização** a partir dos **sistemas**, presentes e a potenciar.

Tomando as potencialidades e debilidades observadas, pretendeu-se contribuir para a criação de um lugar de referência na cidade:

- cerzindo, articulando e consolidando a estrutura edificada existente e futura;
- evidenciando e qualificando a memória natural e cultural do lugar - reforçando as estruturas e sistemas de forma a possibilitar a criação de um parque multifuncional, com características de infra-estrutura ambiental e cultural integrado na estrutura verde da cidade.

O aproveitamento, manipulação e transformação da circunstância topográfica, constituiu a principal materialidade do projecto. O exercício de organização funcional e espacial dos sistemas, estruturas e usos no substrato físico iniciaram a primeira abordagem conceptual. A verificação “*in situ*” das linhas de cumeada, da rede de drenagem superficial, das zonas de acumulação e distribuição de águas pluviais (áreas convexas e concavas), da vegetação e coberto vegetal associado, das marcas ancestrais de ocupação do homem neste território permitiu o exercício de espacialização dos usos. Os aspectos de natureza funcional/estrutural resultaram nas linhas mestras do desenho de paisagem. Foi, assim, criada a estrutura de caminhos e relações espaciais - funcionais e formais.

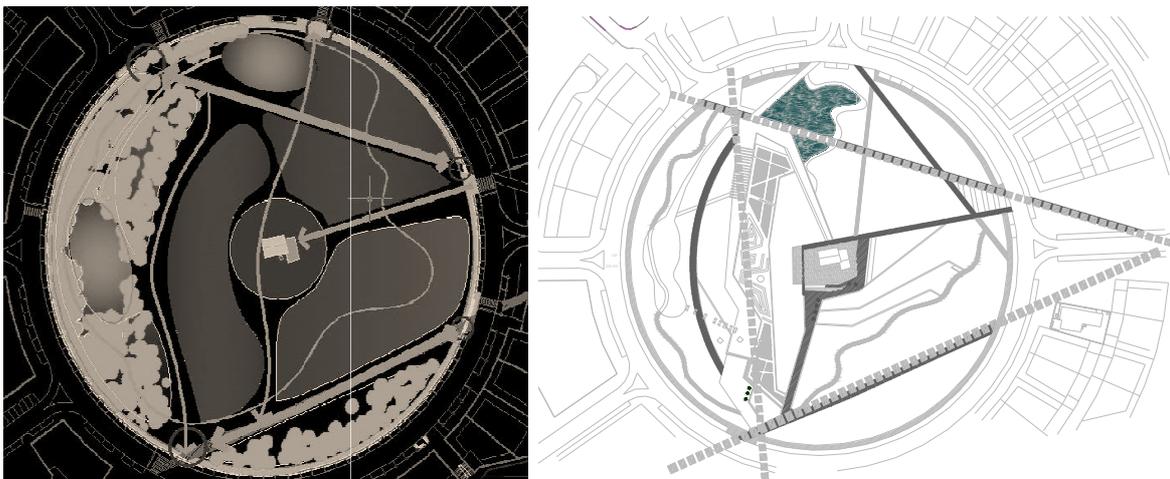


Fig. 2.13 - Esquemas conceptuais e relacionais (espacialidades e funcionalidades). O movimento associado aos atravessamentos pedonais actuais surge como elemento estruturante de referência na concepção. (S/Esc.)

Relembrando as principais características do parque urbano - apontadas na introdução a este sub-capítulo – destacamos a multifuncionalidade da paisagem e a complexidade dos sistemas naturais. Estes aspectos evidenciam-se pela prevalência dos sistemas naturais sobre os artificiais e pelo duplo carácter da sua vivência: como espaço de contemplação e recreio e de preservação dos valores ecológicos, como *verdadeira metáfora da natureza*.

Porém, neste caso, os aspectos formais e os componentes que caracterizam a *figura* de Parque Urbano foram condicionados pela rigidez dos limites do terreno (estreita conexão com os pontos cardiais). A área do parque localiza-se no centro do loteamento sob a forma de grande “rotunda” circular, o que por si só representou em simultâneo uma condicionante e um desafio.

Assim, a formalização e a espacialização dos usos apoiaram-se no desenho das linhas mestras definidas pela articulação e ligação de pontos importantes e pela rede de circulação (Fig. 2.13, imagem à direita). A altimetria do lugar confere-lhe a 3ª dimensão necessária para que a forma circular não seja tão evidente para quem circula, para além disso, a variedade de

relações estabelecidas entre a área do parque e o arruamento que define o seu perímetro poderão, de igual modo, atenuar essa percepção. Essas relações encontram-se reflectidas nos esquemas conceptuais que se apresentam na figura seguinte (2.14).

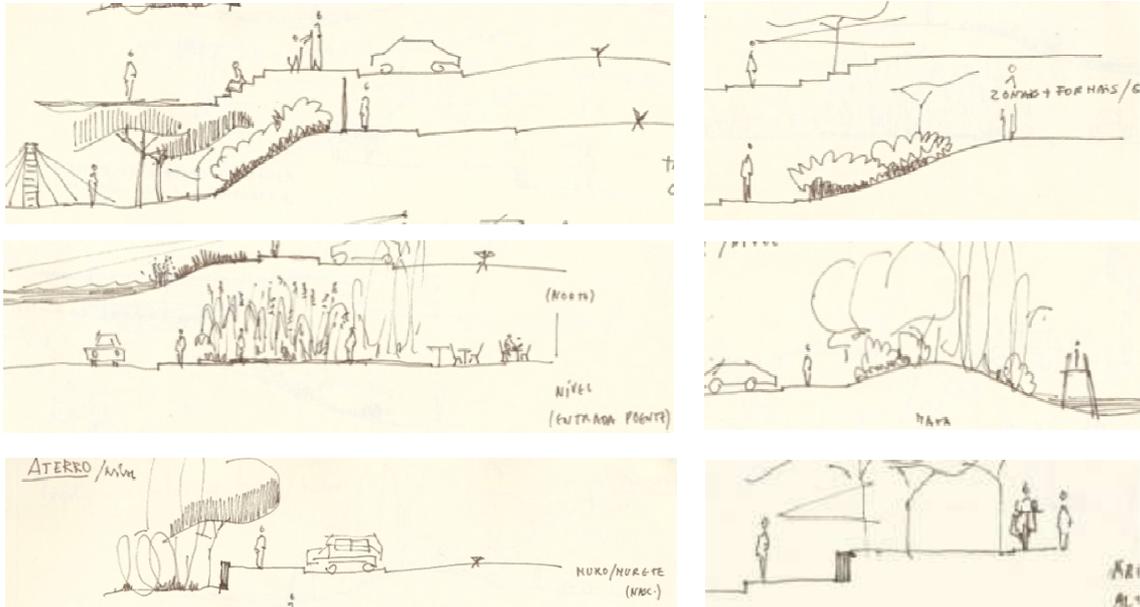


Fig. 2.14 - Esquemas conceptuais e relacionais. A diversidade de relações associada ao movimento de circulação no perímetro exterior do parque. (S/Esc.)

Pretendeu-se que a percepção da forma circular do Parque se atenuasse, revelando-se somente nalguns pontos. A leitura, para quem circunda o espaço, será diversificada variando de densidade – de espaços contidos e densos (mata) a espaços compartimentados e abertos. Essa leitura diversificada será reforçada pelas variações altimétricas dos limites do Parque.

Na formalização do projecto procurou-se reflectir as estruturas e processos fundamentais da paisagem que, apesar da complexidade intrínseca dos seus componentes, permitissem uma leitura coerente e compreensível da proposta: dos sistemas, processos, estruturas e elementos.

O desenho de projecto, como já referido anteriormente no sub-capítulo 2.1, deverá incorporar - pela aproximação da escala - a representação das formas, dos limites, das funcionalidades, das espacialidades e das materialidades. A esses elementos devem corresponder a materialização de *porosidades relacionais e sistémicas* que alargam a noção de limite. Como exemplo dessa materialização, estão as soluções apresentadas - ao nível do sistema de mobilidade na figura 2.14.

As noções de sustentabilidade (conservação e poupança energética, boa gestão hídrica, aproveitamento da biomassa, utilização de soluções de fácil conservação/manutenção) e de mobilidade universal serão transversais à proposta delineada.

A materialização do desenho de projecto do Parque Urbano reflecte-se em quatro tipologias de espaço funcional e formalmente distintas, a que correspondem três quadrantes da circunferência que limita a área do parque (estreita conexão com os pontos cardeais – exposição solar e conforto térmico, e a centralidade da capela).

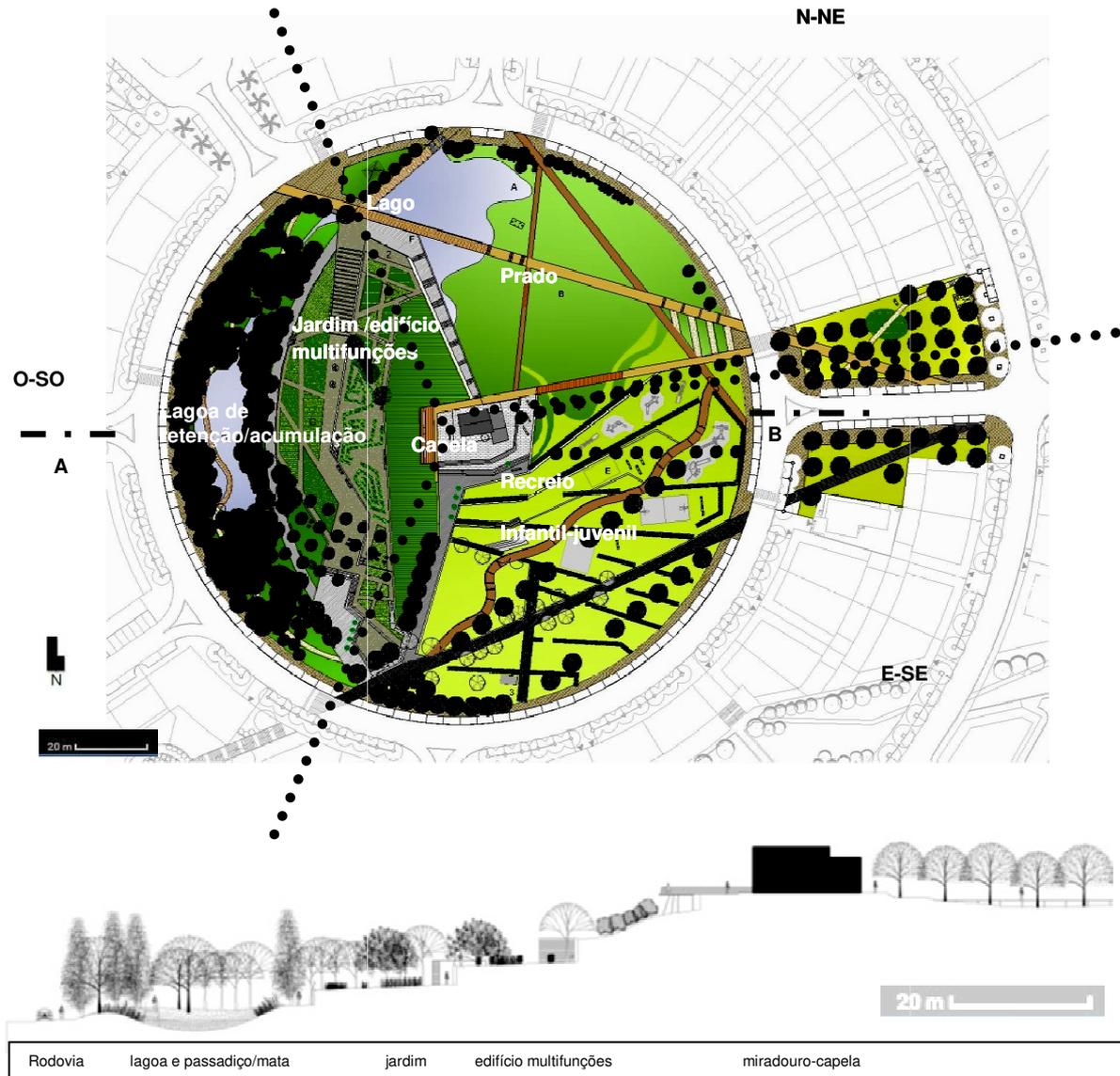


Fig. 2.15 – Imagem do Plano Geral da Proposta – repartição dos espaços-função pelos três quadrantes identificados (N-NE, O-SO e E-SE) e corte A-B- relação espacial e volumétrica

Da leitura do desenho de projecto (Fig.2.15), retiramos as principais espacialidades previstas:

- a mata, Oeste/Sudoeste (O-SO): a dualidade da natureza espontânea e criada, a dominância dos sistemas naturais (água, solo, vegetação) os espaços contidos, a surpresa, a sombra que protege do sol poente;
- o jardim, Oeste/Sudoeste(O-SO): o espaço formal, cénico, de representação alegórica, ligado a equipamentos que permitam a sua experimentação;
- a clareira, Norte/Nordeste (N-NE): o espaço exposto e revelado, a definição clara de limites, a orla, o visível, a superfície exposta a o quadrante N-NE;
- a compartimentação, Sul/Sudeste (S-SE): a divisão, as sebes, os limites, as linhas, os espaços geométricos, funcionais e de utilização permanente.

A sua distribuição geral é visível no plano geral e corte apresentados (Fig. 2.15), tendo sido particularizados os seguintes espaços/função:

- Lago – aproveitamento da nascente existente e da concavidade da superfície do terreno;
- Prado – superfície para desporto livre e recreio informal – ampla área permeável, sem obstáculos, com revestimento herbáceo adequado às actividades que deverá suportar, atravessada por alguns percursos pedonais estruturantes;
- Jardim - mais próximo do edificado (centro) de fruição lúdica, contemplativa. Fronteiro ao edifício multifunção, parcialmente enterrado, na encosta ponte;
- Lagoa de retenção/acumulação/Mata – depressão no terreno aproveitando as cotas mais baixas, de carácter temporário, constituirá um elemento de recepção da drenagem das águas pluviais de grande parte do Bairro, permitindo a regularização de caudais de escoamento; com ligação ao lago através de pequeno talvegue que funcionará como descarregador de superfície do mesmo. De carácter efémero e permeável, irá secar na estação quente, tornando a depressão no terreno visível. Beneficiando do maior teor de humidade do solo, propõe-se plantação de sistema de vegetação onde prevalecerão as espécies da flora da região, com predominância de espécies folhosas capazes de criar ambiências de frescura e sombra, permitido o aparecimento de “manta morta”;

- Espaço de recreio infantil/juvenil - espaço permeável, atravessado por percursos pedonais estruturantes no qual serão instalados vários elementos destinados ao recreio activo das camadas mais jovens da população. A estes espaços/funções deverá corresponder uma estrutura hierarquizada de caminhos e fluxos.

Neste contexto, o parque assumiu a função polarizadora não só da nova área de expansão, mas também da cidade consolidada. O parque foi, assim, entendido como “espaço – referência” no contexto urbano, por isso, equipamentos e infra-estruturas funcionarão como atracção dos mais variados utilizadores – faixas etárias, opções e vivências sociais e de tempos livres.

A noção de recuperação e integração dos sistemas naturais e culturais no processo de planeamento urbano, já mencionado na introdução a este sub-capítulo, tem permitido a mudança de paradigma no modo como se planeia o desenvolvimento das cidades. A ideia de perenidade - como *perpetuação* dos recursos e sistemas naturais – tem sido, lentamente, incorporada no desenho urbano. Nesse contexto os *parques* constituem-se como pontos de uma (infra) *estrutura* mais alargada, em rede, de espaços públicos multifuncionais e tipologicamente diversificados. Como referimos anteriormente, é a partir da expansão do conceito de parque que surge o de *estrutura verde* que, à semelhança do parque, integra ambos os sistemas: naturais e culturais.

No caso presente, a topografia e o sistema relacional dos elementos pré-existent originaram o desenho de projecto. Foi a partir deles que se configuraram as espacialidades. Como se pode observar pelo corte da figura 2.15, a capela, sobranceira ao jardim, à “mata” e à paisagem, verá o seu papel reforçado pelo prolongamento do adro em miradouro balanceado sobre a encosta poente. Para aqui convergem os principais acessos pedonais - nascente, sul e norte. Prevê-se vários locais de observação/estadia formalizados por bancos e anfiteatro.

A sua forma circular e contida, bem como a centralidade da capela, permitem a criação de elementos de identificação traduzidos nas tipologias de ocupação das várias áreas, ligadas e estruturadas pelos significados, pela rede de caminhos, sistema de vegetação e de água. Essas áreas de identificação permitem, também, o conhecimento das marcas da paisagem, informando e orientando os visitantes na descoberta do legado cultural de ocupações anteriores.

O jardim, no lado poente do parque, será constituído por sebes talhadas de vegetação ornamental, reforçando a sua linguagem plástica através da cor, textura, exotismo e forma.

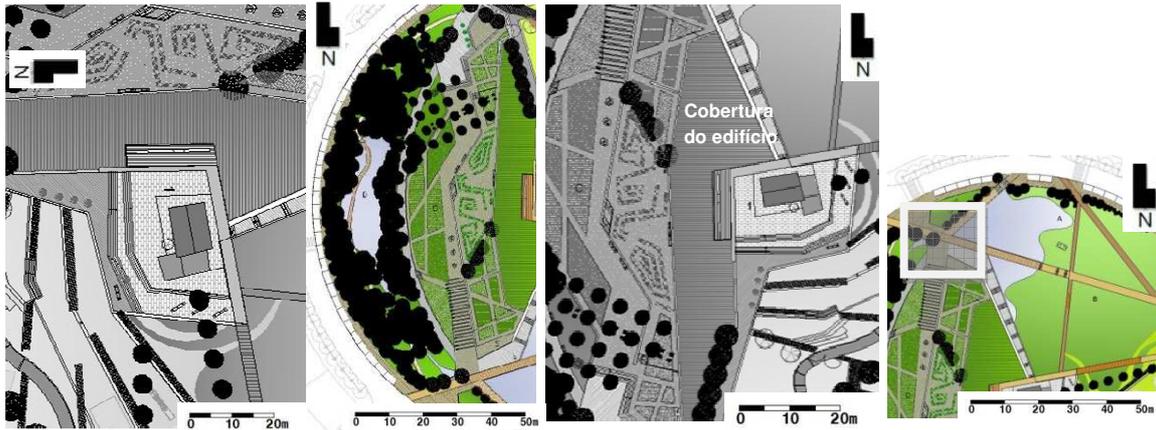


Fig. 2.16 – À esquerda, planta da área da Capela e jardim formal poente; ao centro: imagem geral do sector poente do parque e localização do edifício enterrado, zona de “recepção” e jardim formal e, à direita, localização da área de recepção.

A utilização de um padrão geométrico, com rigidez formal dada pela composição ortogonal, acrescenta nova linguagem resultante das interacções entre elementos compósitos distintos e que quebram a organicidade das restantes formas.

2.2.2 Parque Urbano da Lagoa/Vale Faro. Albufeira. (2008/2009)

- Enquadramento Projectual

A situação de confinamento e desarticulação que o espaço de intervenção apresentava, transportava consigo duas variáveis perceptivas. Por um lado a impressão de “*resto*”, de sobra, daquilo que é excedentário, por outro, a noção de raridade, de memória, do que é singular. A certeza é que estávamos perante um vislumbre da paisagem ancestral de uma área hoje urbana, impiedosa na sua voracidade construtiva e transformadora. Essa voracidade manifesta-se, por vezes, até pela eliminação do relevo e do substrato matricial desta paisagem, através da construção de grandes plataformas aplanadas para implantação dos volumes construídos.

A estratégia de **revelação** da matriz geológica e do relevo orientou este projecto que, de forma evidente, encontrou nas formas do talvegue, nas inclinações das encostas e na singularidade das colinas, aspectos primordiais do desenho de projecto.

A íntima amarração da estrutura do desenho de projecto às formas naturais e construídas do lugar, pretendeu estabelecer a **identificação e ligação** da população aos elementos estruturais e morfológicos da paisagem que sobreviveram ao processo de transformação pela urbanização.

Numa cidade em que domina a arquitectura e o urbanismo “internacionais” – que, à semelhança dos pequenos-almoços, são feitos para qualquer nacionalidade ou cultura – onde prevalece aquilo que é incaracterístico, é na complexidade geomorfológica e na presença residual da vegetação autóctone que se **individualiza** este lugar e o que o torna identificável perante qualquer nacionalidade ou cultura.

Essa tentativa de **revelação** das materialidades originais deste lugar totalmente rodeado por uma amálgama incaracterística e heterogénea de formas e espaços, foi a cola a partir da qual todos os outros elementos do projecto se agregaram.

A elaboração deste projecto surgiu na sequência de um concurso limitado, com apresentação de propostas por parte de três equipas. Com a obtenção do primeiro lugar na classificação final avançou-se, numa primeira fase, para o estudo prévio e após a sua aprovação para o projecto de execução. A entidade adjudicante foi a Câmara Municipal de Albufeira (CMA) e o processo decorreu entre os anos 2008 e 2009. Foram desenvolvidas todas as especialidades necessárias à boa execução do projecto de execução. Até à data não foi executada a obra.

- Contextualização

A área em estudo, com cerca de 3,2ha, localiza-se na parte nascente da cidade de Albufeira (Fig. 2.17), integrada em zona de expansão urbana recente, onde são evidentes os problemas relacionados com a coesão e articulação urbanas, características de algumas cidades algarvias do litoral, com forte componente de turismo sazonal.



Fig.2.17 - Integração da área de intervenção na cidade de Albufeira. Aproximação que permite perceber o contexto urbano em que se insere. (Fonte: Google maps).

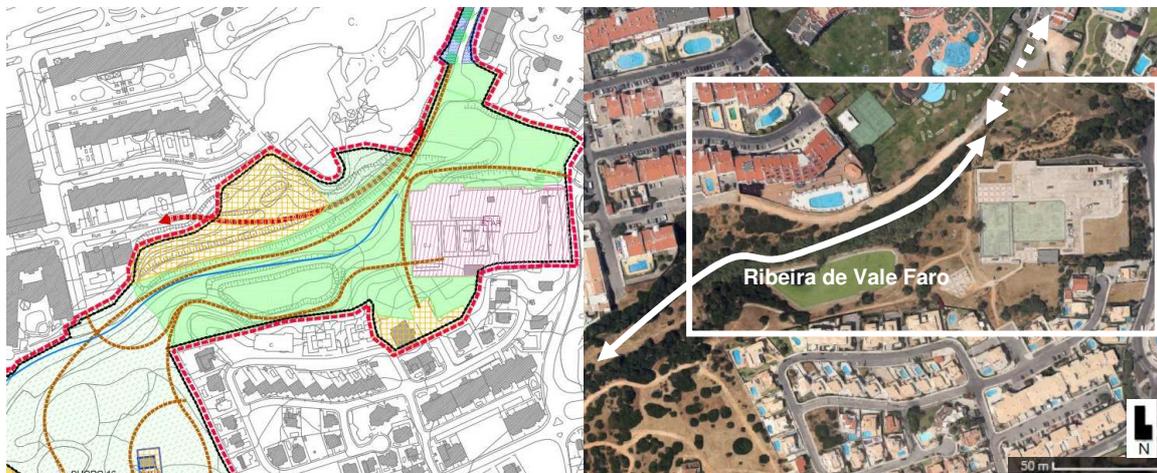


Fig.2.18 – À esquerda, enquadramento no *Plano de Urbanização da Frente de Mar de Albufeira* (Fonte: CMA); à direita, aproximação que permite perceber o contexto urbano em que se insere, com traçado da rib^a de Vale Faro (a céu aberto e emanilhada para montante). (Fonte: Google maps).

A área de intervenção é um amplo espaço aberto, integrado numa parcela da cidade com características marcadamente turísticas no que respeita ao tipo de edificações, desenho urbano e sazonalidade da ocupação. No Plano de Urbanização integra a categoria de “Estrutura Ecológica Urbana - Parque Urbano” (Fig. 2.18). Contíguo ao limite sudoeste desenvolve-se um corredor, no sentido nordeste-sudoeste, que estabelece ligação com o litoral, a sul numa área classificada como “Espaço Verde de Protecção”.

Como se pode observar pelo levantamento topográfico (Fig. 2.19), as características do relevo e a localização da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) e a respectiva lagoa permitiram que a área de intervenção se mantivesse como unidade coerente e com expressão para incorporar a estrutura ecológica urbana, uma vez que integra todo o troço jusante da ribeira de Vale Faro, que aqui se revela, finalmente, a “céu aberto”.

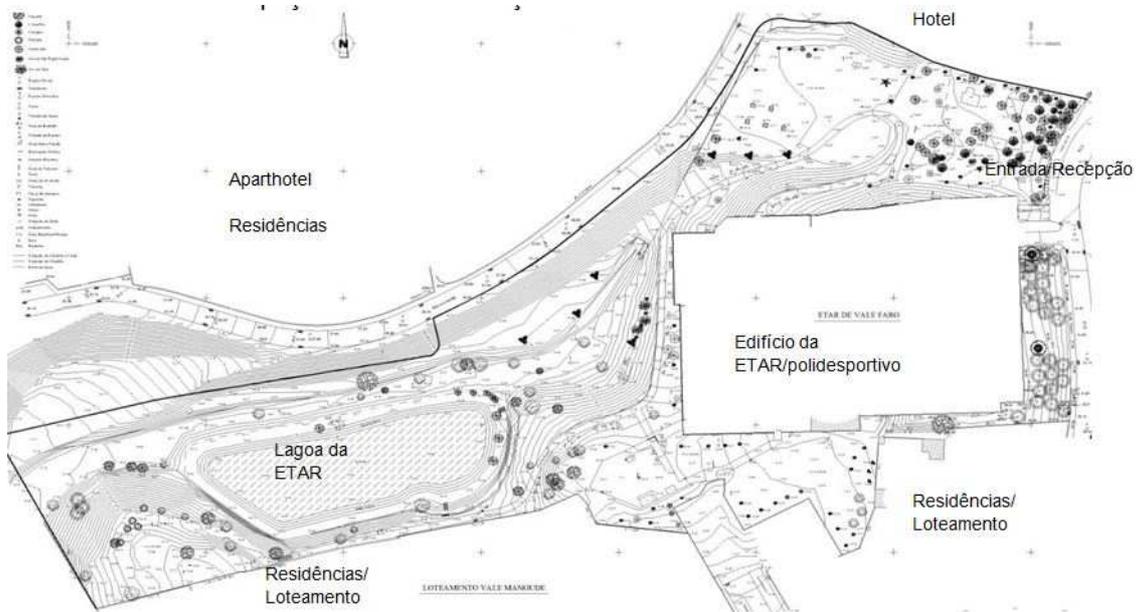


Fig. 2.19- Imagem do Levantamento topográfico cedido pela CMA. (base Esc. 1/500).

Numa tentativa de criar um espaço de lazer vocacionado para a actividade física, a CMA já tinha procedido à execução de amplo relvado onde foram plantadas algumas árvores e colocado equipamento infantil e de ginástica. No entanto, a utilização do espaço é muito reduzida, não revela atractividade e permanece abandonado e sujeito a actos de vandalismo.



Fig. 2.20 - Entrada existente do parque. Relvado e árvores plantadas e caminho executado recentemente pela CMA muito pouco utilizado. Fotos: A.S.

A manter-se a actual situação de pouca utilização, pouco poder de atracção e qualidade, dificilmente este espaço se poderá assumir como verdadeira área equipada de lazer e recreio, que dê resposta às carências da cidade em espaços semelhantes, para os seus habitantes e população turística e deixe de ser um espaço-traseiras e de atravessamento. Essas razões levaram a CMA a investir no desenvolvimento do projecto de um Parque Urbano.

Também o conceito alargado de parque, a visão sistémica e integradora de planeamento urbano e a transversalidade de escalas, já mencionadas anteriormente, permitiu a integração desta área no recente plano de urbanização da cidade como *Estrutura Ecológica Urbana - Parque Urbano*. Esse entendimento estrutural do parque - como elemento integrante de uma estrutura mais vasta - permitiu o desenvolvimento de estratégias que contemplaram as articulações e continuidades com os sistemas naturais e culturais contíguos, reforçando-os ou potenciando-os.

- Reconhecimento do lugar.

Como se pode observar no levantamento topográfico (Fig. 2.19), a morfologia do relevo muito irregular está associada, por um lado, às memórias topográficas de um vale (toponímia: Vale Faro) formado por encostas declivosas e um talvegue pouco pronunciado - característico das formações calcárias - e, por outro, às transformações drásticas que ocorreram com a implantação de plataformas aplanadas impostas pelas construções turísticas. É, também, perceptível constatar - visual e funcionalmente - que as formas urbanas construídas como loteamentos, aparthotéis e infraestruturas, se precipitam sobre este espaço, envolvendo-o quase por completo, interferindo com a leitura da sua espacialidade e desincentivando a sua fruição. A proximidade do mar fez com que o terreno fosse utilizado, ocasionalmente, como espaço de atravessamento para acesso à praia, por quem se desloca a partir das áreas urbano-turísticas contíguas envolventes.

Da imersão nesta paisagem surgiram as primeiras impressões do lugar. Essas impressões, espaciais e relacionais, percebem-se e dominam quem percorre o local e foram traduzidas através do registo que de seguida se apresenta.

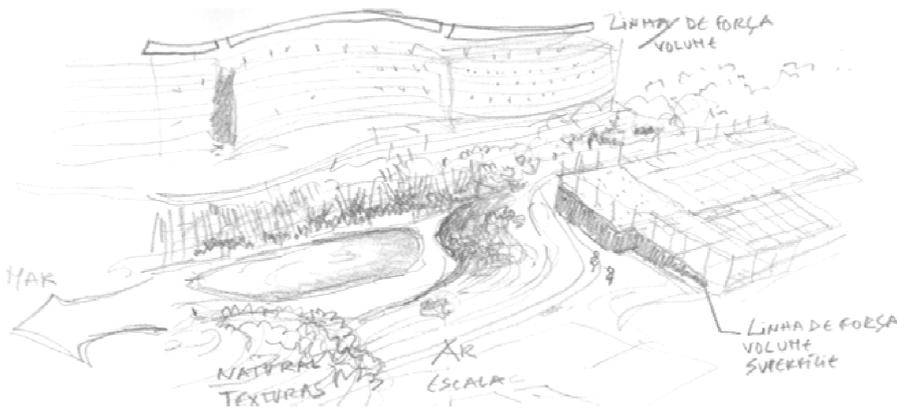


Fig. 2.21 – Impressões do lugar - registo gráfico.

A percepção da lagoa de tratamento como protagonista do espaço era acentuada pela forma do relevo, declives e vegetação. Este conjunto possuía enquadramentos cénicos interessantes (Fig.2.22), a ser explorados na fase de proposta.



Fig. 2.22 - Vista da lagoa de nascente para poente. (Foto: A.S.)

A estação de tratamento de águas residuais (ETAR) localiza-se no interior do edifício a nascente do terreno e na sua cobertura plana localiza-se um polidesportivo. É nos tanques localizados no interior do edifício que se efectuam os tratamentos primário e secundário dos efluentes que depois são descarregados na lagoa, a céu-aberto, localizada no centro do terreno. Aqui, processa-se o tratamento terciário dos efluentes, antes de serem encaminhados para a linha de água. Na proximidade do edifício, de fachadas cegas, sentem-se alguns odores provenientes de grelhas de ventilação o que já não se verifica junto à lagoa. É notória a forte presença da estação de tratamento que, pese embora o esforço para lhe atribuir um carácter multifuncional e integrado, acaba por ser secundarizada (visível na sua utilização) não se explorando as amplitudes das vistas para toda a área em estudo.

A componente sensorial é dominada por dois conjuntos de sensações opostas. O primeiro, de fechamento, clausura, esmagamento de escala e artificialismo - traduzido pelas fotografias da figura 2.23 - o segundo conjunto traduz as sensações de amplitude, desafogo, liberdade e presença dos sistemas naturais, para que remetem as fotografias da figura 2.24.



Fig. 2.23 – À esquerda, parede do Edifício da ETAR (grelhas de ventilação) com polidesportivo na cobertura; ao centro e direita, vistas obtidas do terreno para o exterior (norte) e envolvente norte e noroeste. (Fotos: A.S.)



Fig. 2.24 - Vistas para a lagoa, orientação nascente-poente. À medida que nos deslocamos de nascente para poente, os elementos artificiais dão lugar à presença dos elementos naturais. (Fotos: A.S.)

Estas constatações são traduzidas pela experiência que permite a aproximação de escala e a imersão no lugar. À medida que a escala aumenta, maior é a capacidade de interpretar os sistemas, estruturas e processos que ocorrem na paisagem. Paralelamente a essa experiência, e como mencionado no sub-capítulo anterior, a identificação e selecção dos elementos e estruturas fundamentais do lugar - a preservar, a modificar ou a eliminar - vão sendo aferidos, revelando-se como fonte de criatividade para o desenho de projecto.

Como característica a destacar há, ainda, o facto de o sistema lagoa/linha de drenagem funcionar de maneira oposta aos sistemas naturais, isto é, no Verão existe maior volume de efluentes descarregados no sistema, devido ao elevado número de turistas. Logo, aumenta o volume de água na lagoa e linha de água. No Inverno, pelo contrário, o menor volume de efluentes descarregados no sistema leva a menor volume de água na lagoa.

Este fenómeno faz com que toda a vegetação que se proponha para a lagoa e linha de drenagem apresente excelentes condições de instalação e desenvolvimento sem recurso a rega. Para além disso a própria existência de uma lagoa com água doce neste local, leva ao aumento da presença de avi-fauna.

- Objectivos gerais, estratégia conceptual e formalização

Como objectivos gerais da proposta considerou-se necessário:

- o estabelecimento de relações e continuidades - funcionais e formais - entre os processos ecológicos e as actividades humanas presentes e futuras;
- tirar partido da morfologia e coberto vegetal existentes, bem como do plano de água da lagoa e linha de água;
- o aumento da diversidade ecológica e biológica;
- assumir esta área como espaço aberto à circulação mas simultaneamente intimista e interiorizado, com a criação de lugares de permanência;
- garantir a existência de espaços multifacetados e atractivos;
- criar ambiências diversificadas conferidas pelas qualidades ambientais e espaciais. Essas qualidades deverão prolongar-se e acentuar-se à noite, através da utilização da luz criando uma *personalidade* nocturna, que evidencie texturas, volumes e superfícies, suavizando a presença da envolvente construída;
- incentivar a *cumplicidade* funcional e formal dos diversos espaços propostos com identidades e ambiências próprias;
- propor soluções de *pedagogia passiva* de descoberta e de prazer lúdico (nas áreas de recreio activo, do domínio do sensorial e motor, na pedagogia dos processos ecológicos e biológicos).

O êxito de uma intervenção é revelado pela forma como a população, residente e/ou turística, se apropria do espaço, o acolhe e o utiliza integrando-o no seu sentido de pertença colectiva. Neste caso, o espaço está envolvido por uma malha urbana confusa e desarticulada, e apresenta um relevo disforme e ilegível, que repele.

Os potenciais utilizadores desconhecem-no e não se aproximam. É assumido como “espaço - traseiras” que só serve de enquadramento (em primeiro plano) das vistas de mar, mais longínquas. Essas circunstâncias obrigaram a procurar princípios orientadores de composição que introduzissem a ideia de espaço-aglutinador por oposição a espaço excêntrico, periférico ou de traseiras como este se apresentava.

Será preciso reinventar e reconstruir habilmente esta paisagem, procurando para o efeito soluções suficientemente fortes e valorizadores. Será necessária uma estratégia conceptual assente em ideias fortes que permita a materialização de formas reconhecíveis, natural e culturalmente viáveis, que se perpetuem e sedimentem no tempo.

As linhas estruturantes do desenho de projecto, as áreas por elas encerradas, as ligações que estabelecem, as intercepções que formam pontos, a percepção que se desperta, as sensações que desabrocham: os cheiros, as vivências, as vistas, a luz, a sombra, o conforto e segurança, estiveram na base da formulação do conceito de simbiose.

A simbiose entre o espaço urbano/artificial e os processos e valores naturais que constroem o espaço cultural. A essa simbiose associa-se a formal triangular e a ideia de triangulação de forças em equilíbrio que aumentam a resistência às forças externas (Fig. 2.25).



Fig. 2.25 – Esquema conceptual – ideia da triangulação. União espacial e funcional.

- Proposta

Este lugar estabelece uma profunda relação com a sua morfologia pré-existente. O que se mantém do *lugar fisiográfico* é revelador do que seria o seu funcionamento e as suas materialidades num passado recente. A ocupação humana destruiu, parcialmente, o seu carácter e funções. Aqui, a *cultura* não acrescentou, subtraiu irreversivelmente.

Assim, neste contexto, a ideia de *projecto como interpretação do lugar e lugar como programa* de Elizabeth Meyer (2005), mencionado no primeiro capítulo, foi, de certa forma expandida. O projecto não só será resultante da interpretação do lugar, mas será fundamental para a sua revelação. Essa revelação, poderá surgir pela criação de uma estrutura perceptível forte. O desenho de projecto resultará, assim, das características do lugar natural e artificial a que se associam outras formas a gerar, ou seja, o desenho de projecto resultará da combinação de duas fontes geradoras da forma, como referido no primeiro capítulo.

Assim, a materialização do desenho de projecto baseou-se numa forte estrutura de caminhos que conduzem o utilizador pelo espaço de acordo com o relevo e a funcionalidade. As principais entradas estão ligadas aos eixos principais, a Norte e a Sul. Nesses locais, os eixos estruturantes particularizam-se em pontos de encontro. À medida que se percorre o Parque os eixos vão-se transformando e adaptando aos espaços que atravessam, tornando-se percursos mais evidentes. Uns terão um carácter estruturante, associados a caminhos principais de ligações mais estratégicas, outros, mais secundários de utilização ocasional. Considerou-se que *passar* no Parque poderia ser fortemente atractivo se um dos eixos fosse quase “transparente”, percorrendo várias ambiências, potenciando a leitura de planos e ambiências distintas e explorando os diversos volumes e circunstâncias naturais. Propôs-se, assim, uma estrutura de passadiços em madeira sobrelevada (destacado na Fig.2.26) que transporta o utente pelo percurso mais “sensível” do Parque - a lagoa (Fig.2.26).

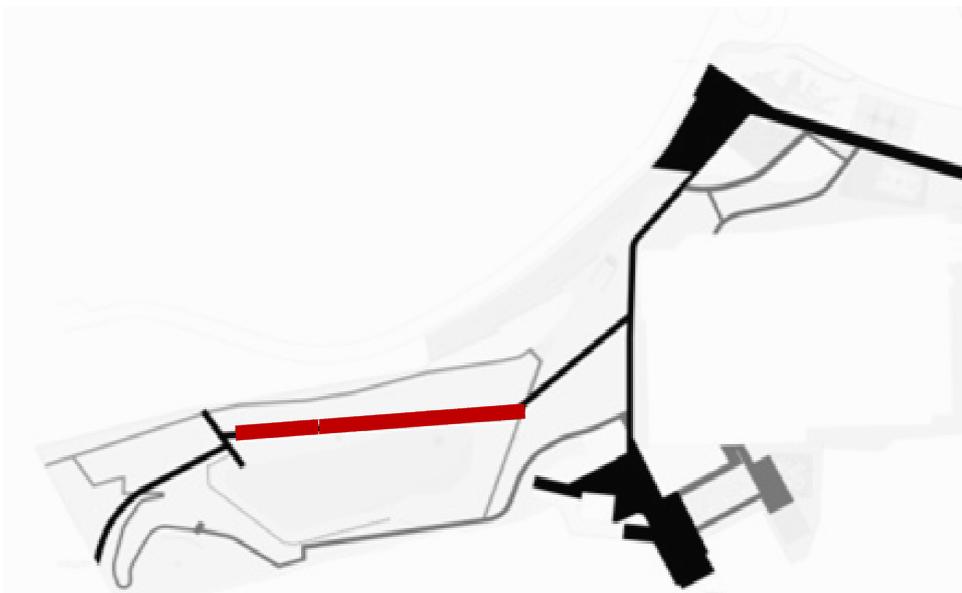


Fig. 2.26 - Rede de percursos, a preto e vermelho - estruturantes, a cinza- secundários, de ligação ocasional. (S/Esc.).

A proposta (Fig. 2.27) para além das intervenções nos sistemas e processos naturais pré-existentes - a necessitar de acções de reabilitação e valorização urgentes - e da criação de rede de percursos, materializou-se na criação de três espaços distintos:

- a Entrada Principal/Parque Jovem;
- a Cafeteria/Miradouro associado ao Parque Infantil e Geriátrico;
- e a Zona da Lagoa e áreas envolventes.

Esta definição espacial resultou da conjugação do programa camarário com as opções de projecto que surgiram com o desenvolvimento do processo.

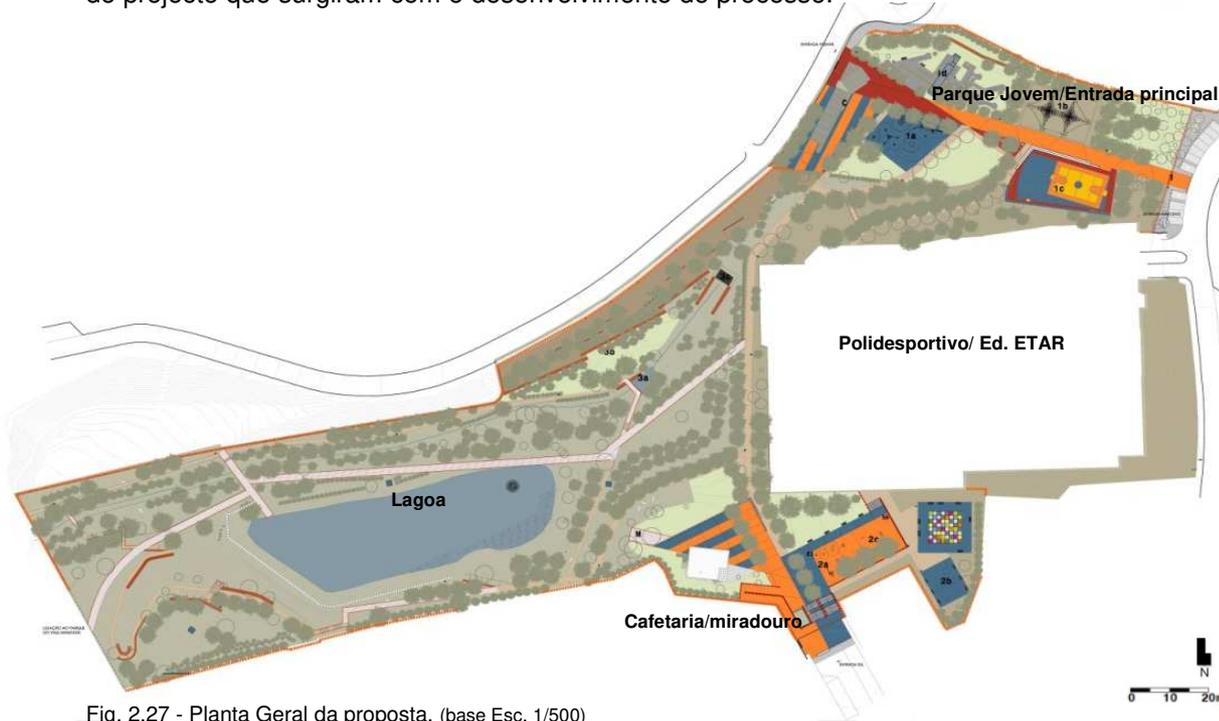


Fig. 2.27 - Planta Geral da proposta. (base Esc. 1/500)

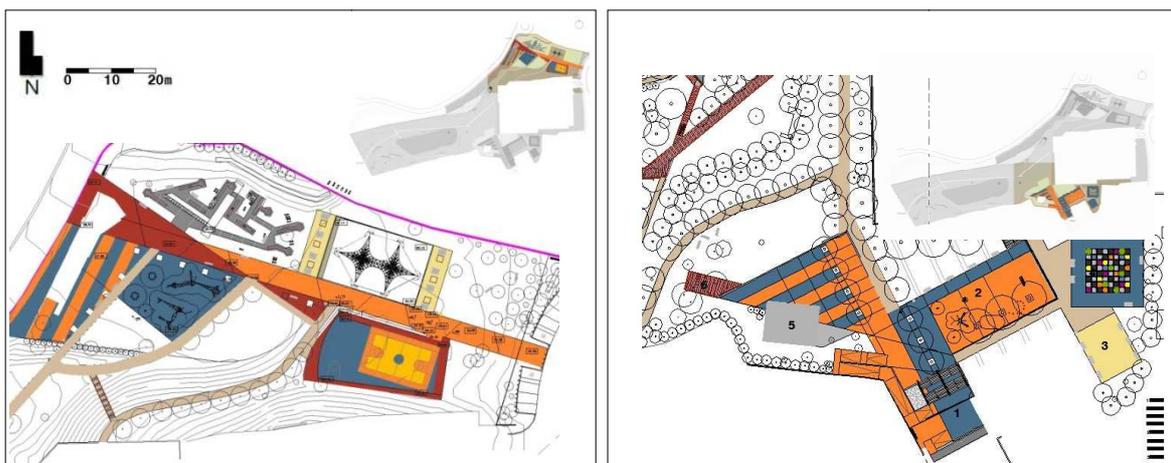


Fig. 2.28 - Aproximação de escala das principais áreas de utilização pública: à esquerda: "Parque Jovem"/Entrada/Recepção nascente; à direita: Entrada/Recepção sul, Cafeteria/Miradouro (base Esc. 1/200) e esquemas de Localização em cima.

A implementação de um sistema de vegetação coeso, relacionado com as circunstâncias espaciais do lugar, manifestou-se nas intervenções propostas para a lagoa, para as margens da ribeira, para o talude de declive acentuado a norte e restante área do parque. Propôs-se, por isso, a aplicação de estratégias de requalificação diferenciadas. Para a lagoa e áreas contíguas propôs-se vegetação de galeria ripícola (choupos, freixos, folhados, loendros) vegetação aquática, com soluções técnicas adequadas ao tipo de impermeabilização e perfil das mesmas. Foi proposta vegetação adaptada às particularidades fitossociológicas e ecológicas do local. A preocupação da melhor adaptação deve-se à premência de racionalização de recursos e energia. Os objectivos a atingir ao nível do sistema vegetação foram:

- a manutenção de toda a vegetação existente com excepção das espécies infestantes e/ou invasoras (canas, silvas, rícino, acácias);
- a correcção e melhoramento, através da vegetação, da linha de drenagem natural, e zonas concavas de acumulação de água, como elementos potenciadores do aumento da biodiversidade;
- a conjugação de espécies de crescimento rápido /médio com espécies de crescimento lento, acelerando o processo de reabilitação ecológica (em estabilização de taludes, linhas de água, entre outras)



Fig. 2.29 - Imagem da estrutura de vegetação arbórea (existente+proposta). (s/Esc); à direita vista do lado norte para a encosta sul. – exemplo de bom revestimento vegetal e dos afloramentos rochosos de calcário que marcam a imagem dessa encosta. (Foto :A.S)

O percurso em passadiço transporta o utente por distintas espacialidades, permitindo-lhe usufruir das vistas para o plano de água da lagoa, para a linha de drenagem e para as sequências de volumes de vegetação que produzem espaços abertos e fechados. A estrutura aérea sobre a lagoa, ou sobre a ribeira, será pontuada por locais de estadia/miradouros, também sobrelevados, virados para a paisagem. A estrutura de caminhos proposta pretende ligar as principais áreas do possibilitando a criação de circuitos interiores que irão promover os principais pontos de atracção e áreas funcionais.

De modo a perceber o modo como se relacionam a rede de percursos e os diversos espaços e funcionalidades propostos e a topografia do terreno, efectuaram-se diversos cortes transversais e longitudinais, de que se apresentam como exemplo os das figuras 2.30 e 2.31, que permitiram essa compreensão e auxiliaram na definição da implantação altimétrica dos elementos de projecto e das alterações de relevo propostas.

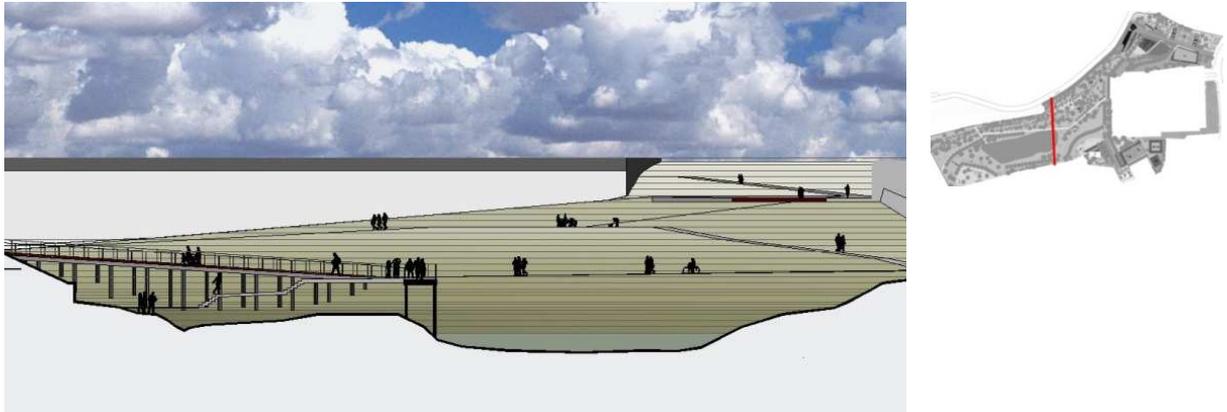


Fig. 2.30- Corte perspectivado da linha de drenagem, lagoa e taludes confinantes. Relação altimétrica entre planos e presença do passadiço. Localização da área da lagoa e localização do corte. (S/Esc., base Esc. 1/500)

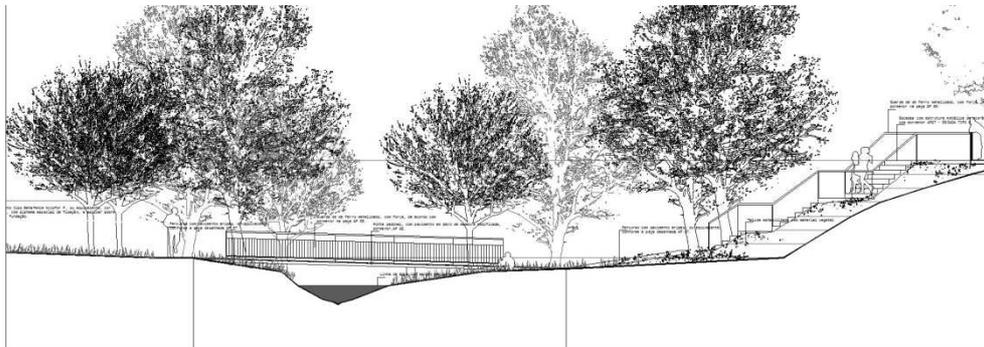


Fig. 2.31 - Corte na ribeira de Vale Faro e ligação ao passadiço principal. (S/Esc., base Esc. 1/20)

2.2.3 Plano de Pormenor do Parque Urbano de Olhão. (2009)

- Enquadramento projectual

Este projecto, enquadrado na figura de planeamento de Plano de Pormenor, detém duas componentes fortemente interligadas no espaço urbano: a urbanística e a de parque urbano. Neste trabalho interdisciplinar, para além das questões de formalização individual disciplinar, houve a preocupação da definição de estratégias conjuntas que dessem resposta ao principal desígnio do projecto: o processo de consolidação de um amplo espaço aberto da cidade de Olhão através do estabelecimento de continuidades urbanas, ecológicas e sociais. Esta ampla área da cidade, apesar de charneira entre a área urbana consolidada e o espaço rural, apresenta-se como área nuclear da cidade contemporânea. A ela caberá o **papel aglutinador** entre malhas urbanas já hoje consolidadas: a nascente, poente e sul e de **conexão** entre espaços, actualmente desarticulados. A estratégia conceptual traduzida na criação física de ligações entre partes e meios distintos, materializa-se não isolando a área de intervenção como uma ilha, mas sim, **ultrapassando** os seus **limites**, procurando **relações** próximas e longínquas (memórias, vistas) com os espaços envolventes. Claro que esse princípio não invalida todos os trabalhos necessários para a reabilitação e recuperação dos valores patrimoniais (naturais e culturais) e paisagísticos intrínsecos à área de intervenção. Eles são fundamentais na procura de uma paisagem reconciliada com o seu espaço físico, existencial e onírico⁷⁸.

Para além disso, a extrema importância dos parques urbanos nas cidades é de reconhecimento consensual na actualidade, pelos benefícios na qualidade de vida urbana e do funcionamento da sua ecologia. Este projecto orienta-se, assim, para a *consolidação* de uma área significativa da malha urbana com essa tipologia de *verde urbano*. O estabelecimento de conexões e continuidades urbanas e naturais - dão forma ao desenho de projecto, constituindo-se como conceito de intervenção - e são o vínculo da noção de extrapolação dos limites que o projecto de arquitectura paisagista encerra.

A execução deste Plano de Pormenor resultou da resposta a um concurso público de concepção/limitado por prévia qualificação, levado a cabo pela Câmara Municipal de Olhão (CMO). A equipa, com coordenação da disciplina de arquitectura paisagista, foi constituída pelas seguintes disciplinas: arquitectura, arquitectura paisagista, engenharia civil, engenharia electrotécnica, engenharia do ambiente, urbanismo, economia e gestão e direito urbanístico.

A proposta reporta-se à elaboração do Plano de Pormenor UOP8 - Parque Urbano da Cidade de Olhão, identificado no Plano Director Municipal (PDM) como unidade operativa de

⁷⁸ De acordo com o *sítio da internet* camarário, o Plano encontra-se actualmente em elaboração.

planeamento (UOP), a que corresponde uma unidade territorial municipal que, pelo uso ou ocupação, constitui área de análise detalhada e integrada num instrumento de gestão territorial de âmbito municipal.

- Contextualização da área de intervenção

Ao analisar o PDM⁷⁹ da cidade, nas suas componentes gráficas e regulamentares, verificou-se que:

- à UOPG 8 se aplica a categoria de Espaços Naturais e Culturais, mais concretamente Espaço Cultural - Parque Urbano de Olhão, bem como, condicionante RAN;
- na área restante do plano incidem, ainda, as categorias de Espaços Urbanos – Espaço Urbano Estruturante I (a rosa, na Fig. 2.32), para os quais se prevê uma ocupação predominantemente habitacional, sem prejuízo de outros usos, e Espaços Urbanizáveis Espaço Urbanizável de Expansão I, cuja principal objectivo passa por ordenar a expansão dos espaços urbanos estruturantes (Fig.2.32).

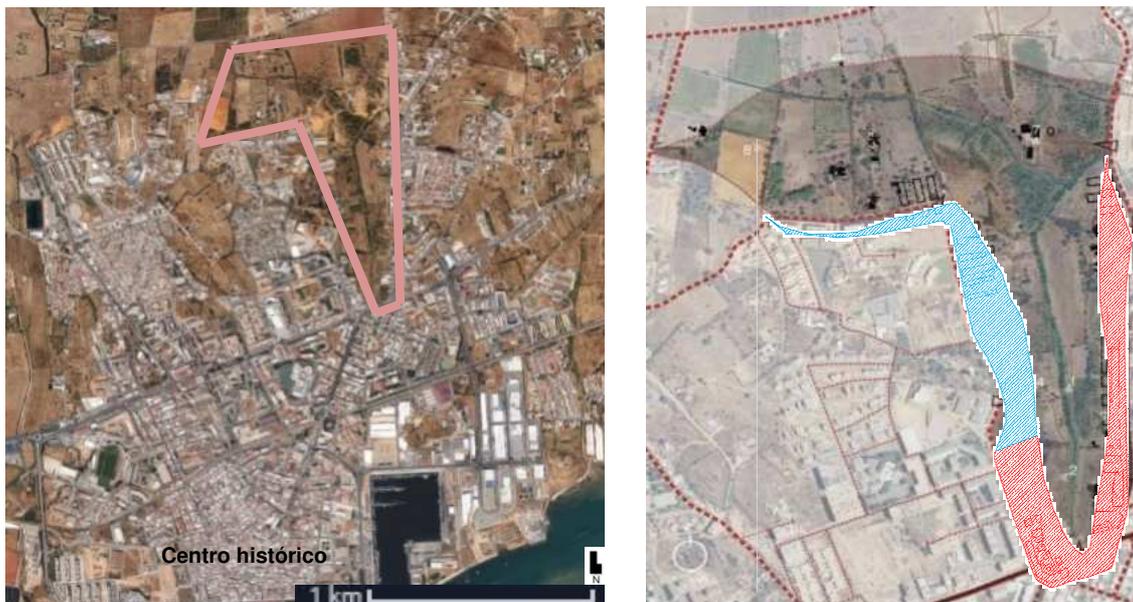


Fig. 2.32 - À esquerda, localização da área de intervenção no contexto da cidade (Fonte: *Google maps.*); à direita categorias de espaços urbanizáveis sobre ortofotomapa (fornecido pela CMO, S/esc).

A implementação do Parque Urbano da cidade de Olhão revela-se extraordinariamente importante no contexto urbano, uma vez que dará resposta às necessidades de lazer e recreio da população da cidade, colmatando as necessidades de estrutura verde qualificada e constituindo um remate de valorização e dignificação da cidade. Poderá constituir-se como uma nova paisagem complementando a paisagem de mar de que a cidade usufrui.

⁷⁹ Único instrumento de planeamento em vigor que enquadra esta Unidade Operativa.

A escala da UOP face à dimensão da cidade, se devidamente qualificada, conferir-lhe-á um carácter que ultrapassará a escala local, garantindo um grau de atractividade supramunicipal|regional⁸⁰.

Ligado às principais estruturas axiais e sociais da cidade, desempenha um papel de centralidade relativamente a um conjunto significativo de equipamentos de carácter social existente nas proximidades: creches, escolas, lares, centro de saúde, centro comercial, entre outros.

Também a sua localização, a norte da Estrada Nacional 125, não se revela problemática garante, sim, uma proximidade ao principal eixo estruturante e de ligação entre a cidade consolidada e as áreas de expansão urbana.

Poder-se-á referir que o Parque se localizará no cerne da cidade, constituindo-se como elemento de urbanidade.

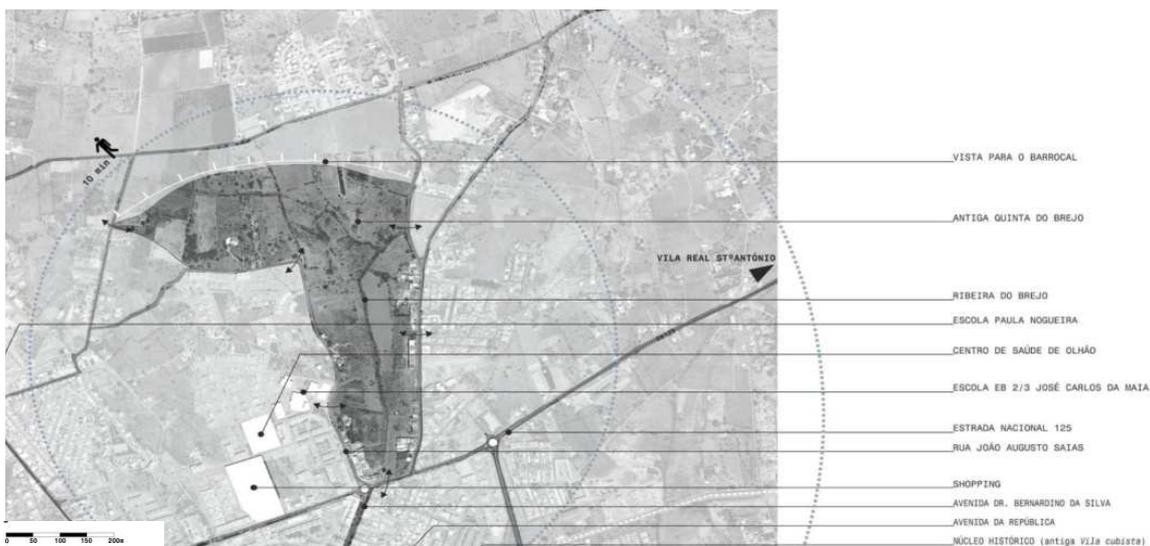


Fig. 2.33- Contextualização – proximidade de equipamentos e distância ao centro. (Sobre ortofotomapa fornecido pela CMO).

No sub-capítulo anterior, referimos que a *organização* mental do processo decorria da compreensão de três momentos fundamentais – o *antes*, o *durante* e o *após* a sua implementação - que deveríamos saber integrar e cruzar no processo de planeamento e de projecto. Apesar de os projectos anteriormente apresentados resultarem, também, dessa *organização mental*, neste projecto procurou-se enfatizar esses três níveis na metodologia seguida, dada a abrangência disciplinar e o trabalho interdisciplinar presente. Assim, numa

⁸⁰ Saliente-se que nenhum dos concelhos limítrofes possui qualquer equipamento desta tipologia - parque urbano - quer ao nível da dimensão quer dos valores e potencialidades que este encerra.

primeira fase, procurou-se proceder ao reconhecimento e compreensão da paisagem pré-existente através do desenvolvimento de análises, interpretações, diagnósticos e sínteses dos seus componentes e variáveis (sistemas naturais, sistema edificado, estruturas de mobilidade, relações com o contexto urbano, qualidade de imagem, entre outras). Numa segunda fase procurou-se cruzar os programas e estratégias para o local, integrando a definição das acções a realizar nos sistemas existentes e a criar e a antecipação das suas consequências (fase de materialização das ideias e proposta). E, finalmente, numa terceira fase, a previsão do seu desenvolvimento e gestão na realidade concreta do lugar, que resultaram na elaboração de um modelo metodológico e plano dos trabalhos e de avaliação ambiental estratégica⁸¹.

- Reconhecimento do lugar

A área de intervenção com cerca de 44ha, faz fronteira a sul com a estrada nacional (EN) 125, a nascente com a estrada de Quelfes a poente com a Rua Augusto Salas e a norte com terrenos agrícolas. É uma área de limites bem definidos mas em transformação acelerada, principalmente no seu perímetro, onde abundam as situações de indefinição urbana, remates em ruas sem saída e implantações pouco atractivas. Verifica-se que o terreno está a passar por um processo de abandono e esquecimento, funcionando quase como traseiras, o que tem levado a apropriações indevidas que têm contribuído para a desvalorização da imagem e das potencialidades paisagísticas presentes (linha de água, solos agrícolas, antigos pomares, património edificado), como se pode constatar nas fotografias seguintes (Fig.2.34).



Fig. 2.34 – Da esquerda para a direita: rib.³ do Brejo, sentido norte-sul; abandono da actividade agrícola; morfologia original do terreno alterada. (Fotos: A.S).

É neste contexto que a área em estudo se encontra. Um contexto de transformação, mas com identidade e história. Para além da identidade que lhe é intrínseca, o projecto deverá estabelecer novas relações funcionais e formais com as principais áreas de uso colectivo

⁸¹ Estratégias de viabilização económico-financeiras para a sua implementação. Com a entrada em vigor do DL 232/2007 de 15 de Junho, os Planos Municipais de Ordenamento do Território com efeitos significativos no ambiente passaram a estar sujeitos ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). A AAE de planos e programas é um instrumento de avaliação de impactes a nível estratégico com o qual se pretende que os seus efeitos ambientais sejam considerados no procedimento de tomada de decisão, durante a sua elaboração e antes da sua aprovação. Assegura uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais através da integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade.

próximas, articuladas por corredores acessíveis, que se estruturam em rede de percursos com qualidade. As componentes estéticas que caracterizavam a paisagem anterior ao abandono, remetem para a memória da dinâmica do uso agrícola que revelava nova paisagem a cada ciclo.

Na área de intervenção destacam-se várias situações, diferenciadas quanto ao uso e relações estabelecidas com os espaços contíguos, constituindo-se como unidades bem definidas. Foi produzida uma planta integrante do processo de projecto, contendo a análise das qualidades e debilidades (degradações) visuais, funcionais e patrimoniais, a estrutura de caminhos e respectiva intensidade de uso, as relações e articulações com a envolvente, onde se identificaram quatro unidades distintas: A, B, C e D.

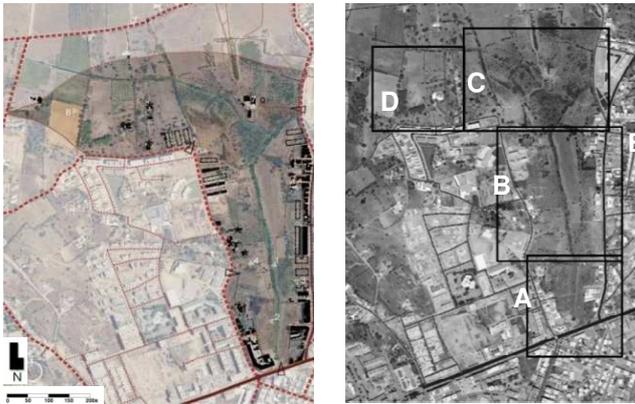


Fig. 2.35 - Síntese das análises, à esquerda, e localização das quatro unidades, à direita. Ambas as imagens sobre ortofotomapa cedido pela CMO (base: Esc. 1/2000).

A - Área sul - de ligação com a EN125 onde prevalecem as situações de “traseiras” dos edifícios, espacialmente confinada, desprovidas de vegetação, onde predominam a linha de água (Rib.^a do Brejo) e o amplo espaço adjacente, de cotas mais baixas, recortados por caminhos de pé posto que atravessam as duas margens (Fig.2.36);



Fig. 2.36 – À esquerda, planta com a localização da área A. (S/Esc.); à direita, fotos da Rib.^a do Brejo e caminhos de pé-posto. (Fotos: A.S).

B - Área intermédia - área mais ampla, com vestígios de sistemas hidráulicos vernaculares (a recuperar) e edificações de lavoura, em transformação por sucessivos aterros e alterações de relevo que funcionam como obstáculos à circulação de pessoas e da água, o sistema de vegetação é composto por alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras e pomares de citrinos

abandonados, os alinhamentos construídos são interrompidos, apresentando maior transparência com o espaço envolvente (Fig.2.37);



Fig. 2.37 - À esquerda: localização da área B. (S/Esc.); à direita fotos dos antigos terrenos agricultados e áreas alteradas. (Fotos: A.S).

C – Extremo norte - área caracterizada pelo maior afastamento da malha urbana, maior amplitude visual, cotas mais altas de onde se desfrutam belas panorâmicas sobre o interior do parque e o cerro de S. Miguel a norte, pontuada no centro pelas ruínas da quinta do Brejo (localizada numa pequena colina), com sectores significativos de relevo alterado por aterros de grandes dimensões, que apresentam ravinamentos profundos e que “submergiram” a vegetação e os solos férteis (Fig.2.38);



Fig. 2.38 - À esquerda: localização área C. (S/Esc.); à direita Quinta do Brejo – portão, casa de lavoura, tanque. Terrenos mobilizados, relevo alterado. (Fotos: A.S).

D - Área noroeste - estende-se pelo último sector do terreno, com assentamentos urbanos incipientes e loteamentos novos que confrontam com a rua principal, apresenta, também, degradações quer ao nível do relevo quer do edificado, no entanto, apresenta conjuntos arbóreos de destaque: alamedas de oliveiras, manchas de pinheiro manso e azinheiras pontuais (Fig.2.39);

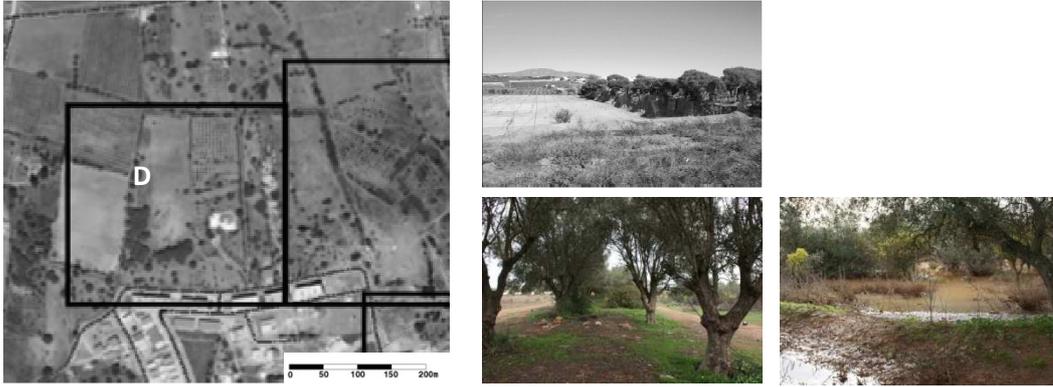


Fig. 2.39 – À esquerda: localização da área D (S/Esc.); à direita fotos da extensa área escavada (antiga extracção de areias) a norte, árvores existentes – em alameda e isoladas e áreas com deficiente drenagem por alteração do traçado da linha de água. (Fotos: A.S).

- Programa e Objectivos. Estratégia Conceptual

De acordo com os termos de referência do concurso, os Objectivos e Orientações do Plano deveriam apoiar-se nas seguintes linhas programáticas:

“Requalificação de toda a área urbana e urbanizável envolvente do Parque atendendo aos índices estabelecidos no PDM;

Criação de um estrutura viária que articule os tecidos urbanos confinantes;

Criação de estacionamentos de apoio aos Utentes do Parque;

Valorização do espaço público dando-lhe um carácter fortemente urbano;

Prever a construção de edifícios de habitação na orla do parque prevendo as redes de infraestruturas e de saneamento; Requalificação das construções existentes;

Articular a EN 125 com o P.urbano; Criar o Parque Urbano com funções de recreio, lazer e cultural Princípios de sustentabilidade aplicado ao Projecto – recursos necessários à sua construção, ao material vegetal e inerte seleccionado e as futuras necessidades de manutenção;

Recuperação de sistemas degradados; melhoria das condições de vida da população – saúde pública e social; desenho esteticamente inovador”.

Ainda de acordo com os mesmos termos de referência, as directrizes que devem orientar o desenvolvimento do projecto do parque urbano e através delas dar resposta ao programa anteriormente definido, são: *“aplicar os princípios de sustentabilidade ao projecto; construção faseada do parque; respeitar a topografia existente – evitar grandes movimentos de terras; escolha criteriosa do material vegetal – autóctone bem adaptada às condições do local; erradicação das espécies infestantes; selecção dos materiais inertes – pavimentos permeáveis ou semipermeáveis e materiais locais; requalificação da ribeira do Brejo; drenagem das águas pluviais do parque com bacias de retenção a seco concebidas para estarem sem água – infiltração e minimiza a rede de pluviais; limitar as áreas regadas à disponibilidade hídrica locais; circulação no interior do parque condicionada e articulada com o exterior; manter/*

recuperar/restaurar elementos patrimoniais infraestruturas hidráulicas e agrícolas tradicionais; linhas orientadoras do programa de gestão do parque.

Para além dos objectivos, orientações e directrizes mencionadas, os termos de referência consideravam, também, uma listagem ambiciosa de equipamentos a instalar no parque, nomeadamente, circuito de manutenção, anfiteatro ao ar livre, viveiros municipais, escola de jardinagem, quinta pedagógica, espaço aventuras, espaço para desportos radicais, Instalações de alojamento para jovens, entre outros.

A proposta desenvolvida visou, assim, responder às pretensões programáticas da câmara municipal - com objectivos e estratégias bem definidas para o local - completando-a com proposta de usos e funções que articulassem e reforçassem os objectivos preconizados, bem como aqueles resultantes da estratégia de intervenção adoptada e dos resultados da interpretação dos elementos analisados e diagnosticados pela equipa.

De acordo com o previsto nos termos de referência, este concurso “*é uma intervenção Urbanística de carácter estratégico e estruturante para o desenvolvimento e valorização da cidade*”. Essas premissas vão acompanhar todo o desenvolvimento da proposta, dando origem a uma estratégia que define as intervenções ao nível do tecido urbano - do edificado e dos espaços abertos - com vista à valorização desta área da cidade, estabelecendo nova linguagem arquitectónica e novas relações de volumes e espaços, mantendo e melhorando as redes de percursos de utilização, criando pólos de atracção e permanência, de reforço da vida social olhanense, levando ao reconhecimento e identificação do Parque como elemento valorizador da cidade e dos seus habitantes.

Para além disso, também a intervenção ao nível dos sistemas e processos naturais e culturais foi determinante para o melhoramento do seu funcionamento (ao nível hidrológico, pedológico, da flora e vegetação e da presença de vida), aumentando a diversidade biológica e ecológica e em simultâneo criar condições para a efectiva melhoria do ambiente urbano e cultural e da qualidade de vida da população.

A estratégia conceptual global assentou no conceito de *metapolis*, do economista François Ascher (1996, pp.3-4). Na nossa opinião, o conceito de *metapolis* adequa-se mais à visão integradora e sistémica da arquitectura paisagista. Este conceito tem vindo, lentamente, a ultrapassar o de *metropolis*, e engloba uma estrutura urbana global, fragmentada e transformada por adições, eliminações, como metástases ou “rizomas” descontínuas, mas em rede com os diversos intervenientes e factores globais.

A proposta de transformação e ocupação da paisagem partiu, assim, das características do lugar e da integração das dinâmicas previstas num modelo evolutivo do território,

enriquecendo o padrão simplificado existente de ocupação territorial. A atitude analítica e conceptual, resultante de uma leitura fenomenológica do local, exigiu uma projecção futura da apropriação do local, no tempo e no espaço, e passou por uma proposta que estabeleceu a definição de espaços urbanos homogéneos correspondendo a uma ou várias unidades de vizinhança. As tipologias arquitectónicas e urbanas assumiram, também, uma interpretação contemporânea da análise morfológica e arquitectónica das estruturas existentes na cidade de Olhão.

A aplicação destes modelos e estratégias, resulta da metodologia anteriormente definida, apoiada numa visão de antecipação da evolução dos processos e sistemas presentes, e a introduzir com a proposta.

Na intervenção ao nível dos sistemas e processos naturais e culturais, pretende-se que a proposta reflectisse os seguintes princípios de intervenção: reactivação|reutilização, articulação e ligação, adaptação e evolução e reversibilidade|sustentabilidade.

- **Reactivação|Reutilização** - a génese da concepção do Parque baseou-se na reactivação e reutilização dos elementos pré-existentes que identificam o lugar – os sistemas naturais, culturais, patrimoniais e as formas de apropriação do espaço. Essa reactivação dos sistemas pré-existente, sejam de que natureza forem, levará a que o Parque cumpra o papel de verdadeiro serviço ecológico, social e cultural. A reutilização (e valorização) dos elementos e sistemas, far-se-á adoptando uma nova linguagem formal e reinvenção das suas materialidades;
- **Articulação e Ligação** - a partir da compreensão do lugar como meio de articulação e ligação urbana assegura-se a manutenção do uso quotidiano, já que se mantêm os percursos e atravessamentos actuais, não ficando o parque uma célula enclausurada ou periférica, mas aberta e integradora da rede de percursos e espaços abertos que estruturam a vivência da cidade;
- **Adaptação e Evolução** - este princípio apoia-se no conhecimento dos ecossistemas presentes e no incremento de acções que visem a reactivação biológica ao nível dos sistema ligado à água, ao solo e à vegetação. A manutenção e ampliação dos espaços de interface, através da redefinição das margens e leito da ribeira do Brejo e linhas de drenagem, poderão materializar-se na proposta de um lago permanente e de lagoas secas, bem como na proposta de vegetação autóctone, potenciando o aumento da diversidade biológica e ecológica, criando condições para a instalação de comunidades florísticas e para o aumento da avi-fauna. A adopção de estratégias de recuperação e activação desses sistemas, independentemente da transformação de usos que se verifique, terá sempre como objectivo o equilíbrio biofísico e a divulgação dos sistemas

de circulação de água tradicionais e dos elencos florísticos e faunísticos presentes. A noção de projectar com o tempo e de organização do espaço em função dos aspectos de evolução e adaptação são a pedra basilar da estratégia conceptual, que conduzem ao último princípio: a reversibilidade|sustentabilidade;

- Reversibilidade|Sustentabilidade - para além dos processos e sistemas ecológicos também os aspectos de urbanidade designadamente, os sociais e económicos, deverão ser sustentados nesses princípios, destacando-se a capacidade de reverter usos e funções adaptando-se, sem elevados custos, a novas apropriações. Estes dois princípios, deverão conduzir a proposta de intervenção a um caminho de sustentabilidade energética, de utilização de recursos e de preservação de valores naturais e culturais. Saliente-se, ainda, a necessidade de implementação de acções e estratégias de promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, numa perspectiva de recuperação efectiva e da sua divulgação pela população. Tais acções desenvolver-se-ão, através:
 - da recuperação e reabilitação;
 - da criação de espaços verdes de protecção e enquadramento que contribuam para o aumento da área da verde/habitante para a cidade reforçando a estrutura ecológica municipal;
 - da requalificação das áreas degradadas presentes, com a proposta de usos compatíveis com a valorização das actividades económicas ligadas aos recursos naturais e paisagísticos e com a dinâmica social da cidade.

A compreensão dessas dinâmicas e dos volumes e altimetrias presentes, influenciaram a formalização do desenho de projecto e a espacialização de funções. Os usos e funções pré-existentes, resultantes das diversas formas de apropriação do espaço ao longo de décadas, informaram as estratégias de reconversão, reabilitação e recuperação da paisagem.

O levantamento dos aspectos visuais e de imagem da paisagem, revelando os pontos, linhas e enfiamentos com interesse e os que constituem barreiras e degradações, definiram os que deverão ser potenciados e os que deverão ser eliminados. As circulações - pedonal e viária existentes - caracterizam-se por fluxos hierarquizados quanto à sua intensidade e expressão e foram, também, consideradas fundamentais nos propósitos do projecto.

Como se pode observar pela leitura do esquema conceptual representado na figura 2.40, a articulação e ligação de áreas|superfícies, dos volumes e do movimento (dinâmicas) conjugadas com os elementos e processo naturais e culturais analisados, resultam no estabelecimento de uma estratégia projectual marcada pela simplicidade de concepção que a ideia das ligações e *amarras* confere (como “*gatos*” que amarram os cunhais dos edifícios

antigos). A estrutura de caminhos garante que o Parque se ligará à cidade. À estrutura primordial dos espaços lineares consistentes com os percursos das pessoas e da água, associam-se as áreas e os pontos que se materializam na espacialização das funções previstas.

Associada à ideia de prolongamento e ligação está a complementaridade em termos de função, imagem e sensações: o silêncio e a horizontalidade da paisagem agrícola envolvente e o recortado a norte do cerro de S. Miguel, quebrada por elementos/estruturas de marcação e referência que pontuam o espaço, conferindo-lhe identidade e singularidade.

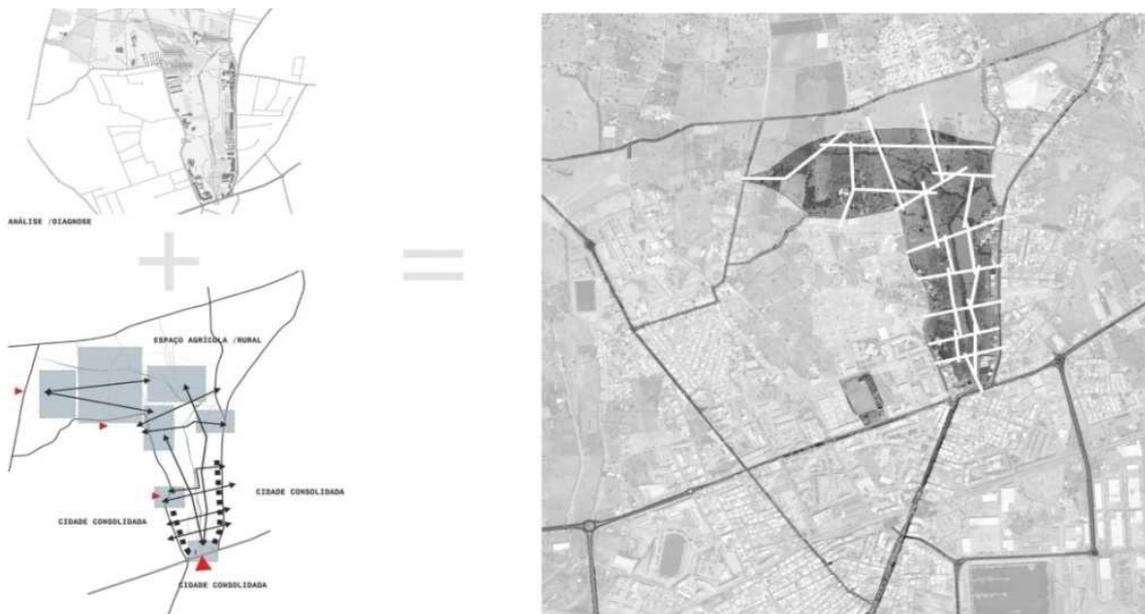


Fig. 2.40 - Esquema conceptual.

- Proposta

Distinguiram-se duas grandes componentes que conformaram a proposta de intervenção e formalizaram o desenho de projecto: a componente Urbanística e o Parque Urbano, propriamente dito. Não estando de maneira nenhuma dissociadas, são duas componentes que, em termos de apresentação e compreensão da proposta, é necessário separar.

- Componente urbanística. Sistema do edificado

Na componente urbanística respeitaram-se os parâmetros urbanísticos decorrentes da carta síntese do Plano Director Municipal (PDM) de Olhão em vigor designadamente, as classes de espaços que incidem sobre a área de intervenção e respectivos índices e normas regulamentares.

No entanto, o facto de se verificar que a área construída já era superior aos índices estabelecidos e que essa área se concentrava numa zona específica, representou uma

dificuldade acrescida perante a necessidade de criação de uma estrutura urbana regenerada e consolidada. A partir dessas condicionantes procurou-se desenvolver uma formalização que permitisse a legibilidade e coerência das estruturas, processos e elementos que integrariam o plano. Este aspecto, já sublinhado no sub-capítulo anterior, refere-se à necessidade do *desenho* dos planos reflectir as estruturas e processos fundamentais da paisagem e das ocorrências naturais e antrópicas (MAGALHÃES, 2007).

Partiu-se, assim, para a definição de um desenho urbano distinto do que prevalecia: a implantação do edificado não será alheio à existência do parque mas dialogará com ele, através da conformação do seu desenho urbano, independentemente, das tipologias adoptadas. Assim, pretendeu-se criar um conjunto orgânico inseparável, formal e funcionalmente constituído pela estrutura do edificado, espaços públicos de uso colectivo, estruturas de circulação e permanência (de veículos, homens e água) e a área do parque que se expande para fora dos seus limites, como se pode observar na figura 2.41.

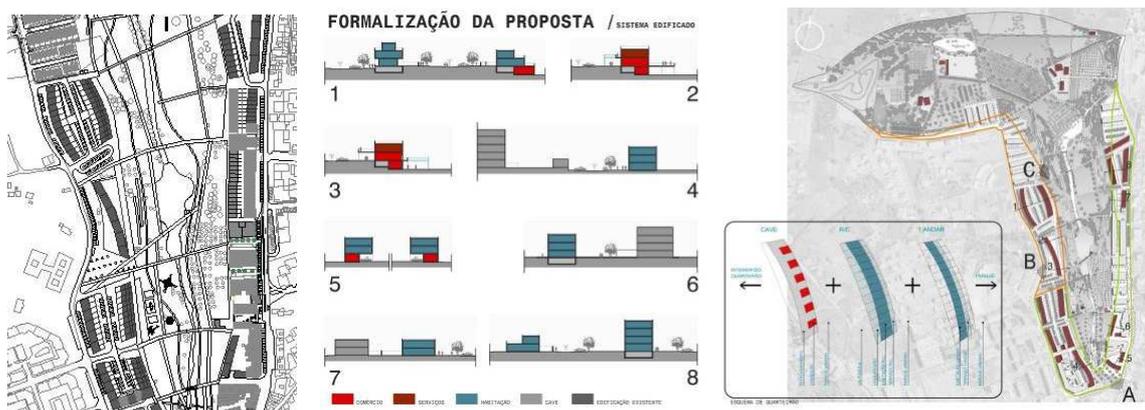


Fig. 2.41 - Sistema edificado. À esquerda, a negro os edifícios propostos, a cinza os existentes. Tipologias de edificado integração espacial (arq. Ambra Zotti e arq. Carlos Mercês)

Repare-se que a implantação do novo edificado (Fig.2.41) orienta as fachadas principais para o parque, contrariamente à implantação actual dominante distribuída na perpendicular ao mesmo. Essa implantação resultou, directamente, do diálogo interdisciplinar sobre a importância do parque e do contexto natural e cultural, na concretização dos objectivos de qualificação do edificado. Optou-se, ainda, pelo reforço da relação entre edifícios e espaço público criando distintas tipologias relacionais (Fig.2.41, imagem central).

O cruzamento entre processo de planeamento e processo de projecto, permitiu um olhar transversal e abrangente sobre os processos e fenómenos sectoriais. A integração de uma equipa multidisciplinar a actuar no âmbito dessa abrangência escalar e a coordenação disciplinar da arquitectura paisagista, permitiu desenvolver uma abordagem transdisciplinar ao projecto.

- Parque Urbano

Tendo em conta as análises efectuadas, a estratégia conceptual adoptada e o programa enunciado, formalizou-se o desenho de projecto do parque - simultâneo e complementar à formalização do sistema edificado - cuja génese da concepção se baseia na reactivação e reutilização dos elementos pré-existentis que identificam o lugar, entre eles o sistema de circulação pedonal que estruturou e conformou o “esqueleto” da proposta, como se pode observar na figura 2.42. O espaço estruturou-se e organizou-se de acordo com sucessões: de sul para norte (da área urbana consolidada para a paisagem rural) e da periferia para o centro (do maior artificialismo para os espaços mais naturalizados).

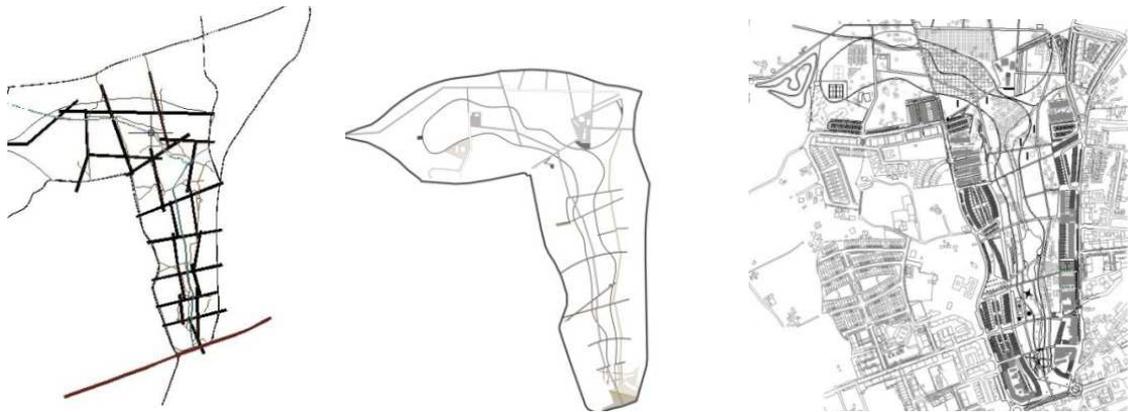


Fig. 2.42 - Esquema projectual - das ligações, estruturas e sistemas, à forma.



Fig. 2.43 - Plano geral sobre ortofotomapa fornecido pela CMO (base: Esc. 1/2000) e imagens 3D de distintas espacialidades.

Nesta proposta reinventou-se a ideia de “*rus in urbe*” associada aos parques públicos, já mencionada na introdução a este sub-capítulo, como aliança entre valores simbólicos e filosóficos, associados à presença do *campo na cidade*. A ligação a uma antiga estrutura agrícola, a recuperação dos processos e sistema a ela ligados, bem como a orientação programática para esses elementos, conjugaram-se para sublinhar a presença maioritária dos sistemas naturais - de produção e de protecção.

No plano geral apresentado na figura 2.43 podemos distinguir as várias categorias de espaço organizadas de sul para norte e do exterior para o interior, às quais corresponderam variadas tipologias de espaço - função. Para a compreensão do projecto, importa evidenciar a sua abordagem sistémica, reflectida nas imagens da figura 2.44. Estas imagens representam a fragmentação dos sistemas que constituem as distintas *camadas* do projecto: Sistema de circulação viária e estacionamento; Sistema de mobilidade e permanência - estrutura de caminhos e áreas de estadia; Sistema água (solo) e vegetação e Sistema do edificado, estruturas e elementos construídos.

Através do *somatório* dos sistemas mencionados, sintetiza-se o processo relacional que os caracteriza (Fig. 2.44). Esse aspecto revela-se um dos factores mais importante da abordagem conceptual.

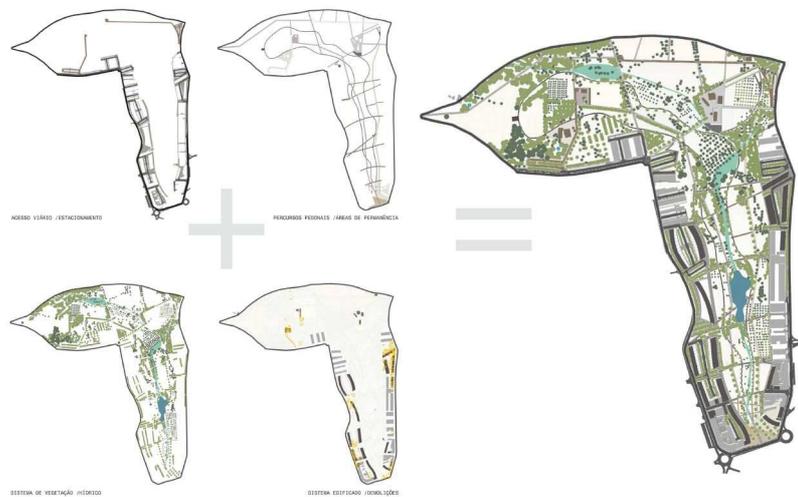


Fig. 2.44 - Fragmentação e síntese de sistemas.

- Edificado de apoio ao Parque

Foram consideradas duas acções estratégicas para definição das estruturas de apoio ao parque:

- 1ª acção - reabilitação e requalificação de pré-existências, nomeadamente da “Quinta do Brejo” para implementação de novas funções compatíveis com o programa e importantes para a sustentabilidade dos diversos espaços;

recuperação do conjunto de apoios agrícolas: casa do pomar, casa do guarda e arrecadação;

- 2ª acção - criação de novas estrutura com compatibilidade funcional, nomeadamente o centro equestre e Centro de Juventude e que se consideram de importância primordial para a promoção do Parque Urbano.

- Espaços e funções

A definição espacial e respectiva diferenciação de utilização permitiu criar “*Espaços Âncora*”, ou seja, unidades espaço-função que possam representar a viabilidade de implementação e gestão (urbanística, ambiental, económica, social e cultural) do parque.

Estas unidades apresentam características de complementaridade entre si, poder de atracção, potenciando-se mutuamente embora possam ser implementadas autonomamente. São elas (de sul para norte): Praça do Cubo|Jardim, Praça da Escola|Espaço Aventura|Quintal Desportivo|bacia de retenção |Anfiteatro; Quinta Pedagógica|Escola de Artes|Jardinagem| Viveiros Municipais; Centro Equestre e Centro de Juventude| EspaçoJovem.

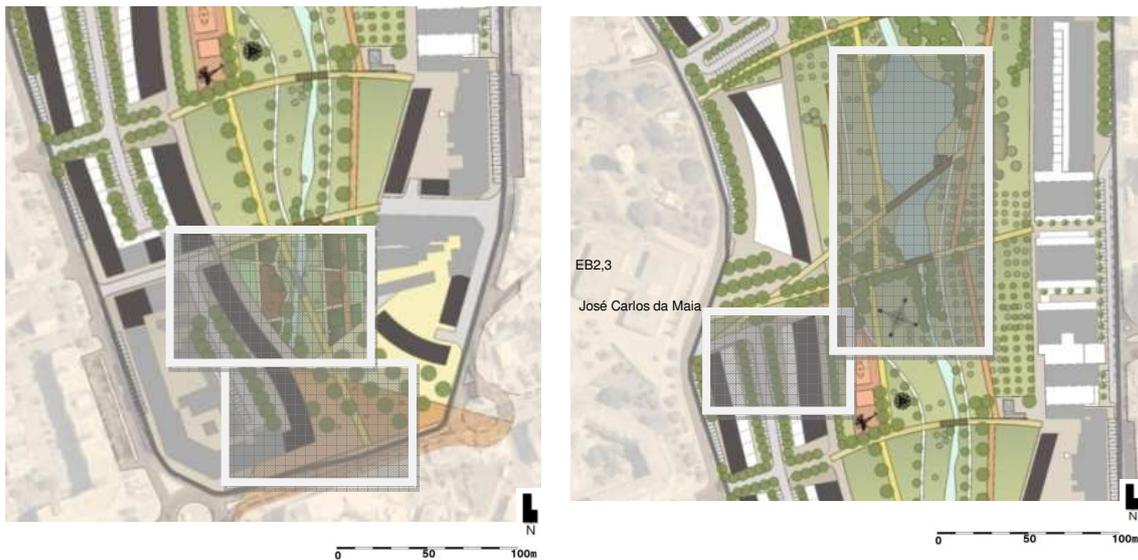


Fig. 2.45 – À esquerda, aproximação e localização da “praça do cubo” (a sul) e jardim (a norte); à direita “praça da escola” e bacia de retenção.

A estrutura de caminhos proposta permitiria percorrer todo o Parque em circuito fechado. À medida que se avança para norte, toda a organização do espaço se justificou em função da articulação com os edifícios perimetrais, com a ribeira e com os percursos transversais que compartimentam as superfícies horizontais. Trata-se de espaços de conexão, transição e articulação entre as diferentes “Praças” e o espaço de deambulação, de descompressão e de contacto com a natureza, de que a cidade é carente. As “praças” foram implantadas nas

proximidades de espaços urbanos de referência complementando-os e permitindo o benefício mútuo (exemplo: praça da escola).

A bacia de retenção proposta, visível na imagem à direita da figura 2.45, foi configurada pelo alargamento significativo da Rib^a do Brejo, e podendo funcionar como receptor de águas pluviais, elemento de controlo de cheias⁸² e ainda como “reservatório” de água para rega. Na estação mais seca, caso seja necessário, poderia ser alimentada a partir do lençol freático. Seria, ainda, elemento de controlo microclimático com claras consequência ao nível da termoregularização.

Previu-se que a Quinta do Brejo se constituísse como outro “espaço-âncora”. Trata-se de um conjunto edificado datado do séc. XIX, que se previu recuperar, através da reabilitação dos edifícios pré-existentes no antigo assentamento, e da proposta de novos usos para os espaços da quinta (centro de interpretação ambiental, escola de artes e jardinagem, entre outras). Propôs-se que a reabilitação da quinta integrasse um programa de recriação da quinta portuguesa com as diversas componentes e espaços que a caracterizam: jardim próximo da casa, horta, pomar e mata.



Fig. 2.46 – Da esquerda para a direita: aproximação e localização da Quinta do Brejo - conjunto edificado da quinta e ruínas do sistema de levadas (Fotos: A.S.); extremo noroeste do Parque: centro equestre| Centro de juventude| *espaço jovem*.

Paralelamente à reabilitação do edificado pretendeu-se que todos os sistemas hidráulicos - levadas, tanques de rega fomentando a rega por gravidade – fossem objecto de reabilitação. A proposta de um “gerador” eólico tradicional poderia servir para a elevação da água, caso necessário. Com a proposta de um “campo fotovoltaico” pretendeu-se que a produção local de energia garantisse auto-subsistência energética do Parque.

⁸² Cheias que ocorrem com alguma frequência e gravidade na baixa da cidade para onde drena esta ribeira que, por sua vez, se encontra *emanilhada* a partir da EN 125 para jusante.

No “espaço-âncora” proposto para o extremo poente do Parque, prevaleceu uma relação mais desafogada e de ligação com o espaço rural. A proposta de um centro equestre e de *desportos radicais* teve por objectivo o aumento da diversidade de oferta, através do aproveitamento das características existentes do terreno: mancha de pinhal manso densa, bem como a “ravina” de quase 6m de desnível, provocada pela extracção de inertes, que pode incorporar uma pista permanente para bicicletas todo o terreno, slide, *rapel*, escalada.

- Estrutura de caminhos

A estrutura de caminhos proposta teve por base os atravessamentos existentes e a articulação entre os “Espaços-Âncora”. Seriam essencialmente de características pedonais, mas acessíveis a veículos de emergência. Assegurariam o atravessamento quotidiano de ligação entre os diversos equipamentos e serviços que se localizam no exterior do Parque, garantindo a utilização permanente e funcional. Optou-se por não introduzir nenhum percurso dedicado ou exclusivo, fosse à bicicleta, aos patins, ou às pessoas: todos os percursos principais teriam um carácter de passeio, logo, de velocidades controladas e utilização adequadas. A implementação desta estrutura de caminhos, hierarquizados e acessível, funcionais, de passeio, deambulação e ligação constituiriam uma rede de conectividade social.

- Esquema de drenagem|bacias de retenção e amortecimento. Materiais

A rede de drenagem proposta seria a céu aberto e ligada às bacias de retenção (lagoas secas de amortecimento), ribeira do Brejo e linhas de drenagem. As lagoas desempenhariam um papel essencial no controlo de cheias a jusante e seriam construídas pela criação de depressões no terreno permitindo a infiltração e o espraio das águas das chuvas, diminuindo a velocidade de escoamento e retendo os caudais de cheia. Estas concavidades suaves permitiriam a utilização informal na estação seca.

Pretendeu-se, genericamente, a utilização de um elenco florístico adaptado às diversas características funcionais e circunstâncias ecológicas da área de intervenção do Plano. Deste modo, pretendeu-se que as espécies utilizadas nas áreas de protecção e enquadramento respondessem às exigências de solo e clima (com baixos consumos hídricos), proporcionassem ensombramento, defesa contra a erosão (taludes) contenção de vistas, definissem enfiamentos, entre outras funções. Em revestimentos, optou-se pela sementeira de prado (regado e de sequeiro). Nas galerias ripícolas adoptou-se vegetação adequada a esse ecótopo, nos diversos extractos que o constituem.

